



- (continuação)
- Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
 - Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgado, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
 - Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida. Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Crítérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009		
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Processos trabalhistas	32.240	43.471	57.954	70.760
Processos cíveis	87.917	618.097	87.431	622.140
Total	120.157	661.568	145.385	692.900
Curto prazo	1.229	7.059	3.952	9.372
Longo prazo	118.928	654.509	141.433	683.528
Total	120.157	661.568	145.385	692.900

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 114 processos judiciais em andamento (141 no consolidado), que se referem, principalmente, a horas extras pré-contratadas. No Consolidado, há, também, processos referentes à Lei de Anistia (referente à reforma administrativa do Governo Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação da provisão trabalhista no período:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009		
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	57.954	70.760	44.425	57.284
Constituição (reversão) líquida	(23.021)	(22.392)	31.310	35.122
Pagamentos	(2.693)	(4.897)	(17.781)	(21.646)
Saldo no final do exercício	32.240	43.471	57.954	70.760

Em 31 de dezembro de 2010, existem 190 (196 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R\$ 132.219 mil (R\$ 241.420 mil no Consolidado).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 (15 no Consolidado) processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND – Programa Nacional de Desestatização, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009		
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	87.431	622.140	761.097	1.242.074
Constituição (reversão) líquida	486	(4.043)	(673.666)	(619.934)
Saldo no final do exercício	87.917	618.097	87.431	622.140

Em 31 de dezembro de 2010, existem 74 (83 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R\$ 786.389 mil (R\$ 1.396.800 mil no Consolidado).

25. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito do BNDES está representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Em 2010 o BNDES aumentou seu capital em R\$ 9.296.534 mil:

- R\$ 2.096.534 mil referentes à capitalização da reserva de capital no valor de R\$ 106.631 mil e de reserva de lucros no valor de R\$ 1.989.903 mil, nos termos do Decreto n.º 7.152, de 09 de abril de 2010;
- R\$ 2.700.000 mil, mediante a transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, conforme Decreto n.º 7.361, de 22 de novembro de 2010;
- R\$ 4.500.000 mil, mediante a transferência de 139.754.560 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, excedentes a manutenção do controle acionário da União, conforme Decreto n.º 7.407, de 28 de dezembro de 2010.

Em 2009 o BNDES aumentou seu capital em R\$ 6.381.474 mil:

- R\$ 2.000.000 mil pela capitalização do saldo de lucros acumulados de 2007, nos termos do Decreto n.º 6.940, de 18 de agosto de 2009;
- R\$ 4.381.474 mil pela transferência de ações da União, nos termos do Decreto n.º 6.951, de 27 de agosto de 2009.

Destinação do Resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	9.913.322	6.735.169
Ajuste de exercícios anteriores (1)	231.449	-
Valores destinados	10.144.771	6.735.169
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	507.239	336.758
Reserva de incentivos fiscais	20.185	41.030
Remuneração ao acionista	3.477.261	1.589.345
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% (3)	2.404.337	1.589.345
Remuneração ao acionista complementar	1.072.924	-
Reserva para futuro aumento de capital	1.442.602	953.607
Reserva para margem operacional	4.697.484	3.814.428

- (1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais

Remuneração ao acionista proposta	3.477.261	1.589.345
Dividendos	1.967.296	381.547
Juros sobre o capital próprio	1.509.965	1.207.798

Reservas de Lucros

A partir de 2008, o estatuto social do BNDES passou a contemplar a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Margem Operacional e Reserva de Incentivos Fiscais.

(continuação)

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar a formação de patrimônio líquido compatível com a expectativa de crescimento dos ativos do Banco e é constituída no percentual de 15% do lucro líquido ajustado, com saldo limitado a 30% do Capital Social. Em 2010, para esta reserva foi constituído o montante de R\$ 1.442.602 mil (R\$ 953.607 mil em 2009).

A Reserva para Margem Operacional tem a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, até o limite de 50% do Capital Social. Em 2010, para esta reserva foi constituído o montante de R\$ 4.697.484 mil (R\$ 3.814.428 mil em 2009).

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva o BNDES constituiu R\$ 20.185 mil (R\$ 41.030 mil em 2009).

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste - acumulado de conversão – reflexo de coligada	(81.281)	-
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	(129.934)	-
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	29.507.767	124.806
De títulos próprios	93.189	109.463
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR) ⁽¹⁾	29.414.578	15.343
Total	29.296.552	124.806

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

Ajustes de exercícios anteriores

São registros resultantes da adoção de pronunciamentos do CPC que afetariam o resultado de períodos anteriores compostos como a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste de exercícios anteriores		
- <i>Próprios:</i>		
Plano assistencial – FAMS	(36.139)	-
- <i>Controladas:</i>		
Plano assistencial – FAMS	26.195	-
Debêntures designadas da BNDESPAR	854.849	-
Efeitos de mudanças de avaliação de investimento em coligadas	(610.619)	-
Efeitos de realização de investimento a valor justo	600.507	-
Derivativos isolados	(590.227)	-
Outros	(13.117)	-
	231.449	-

Pagamento de dividendos

Em 2010 e 2009, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

2010				
Evento	Valor declarado – R\$ mil	Valor pago (*)	Data do pagamento	Meio de pagamento
Juros sobre o capital próprio - 2009	41.994	42.523	fev-10	Espécie
Dividendo mínimo obrigatório - 2009	381.547	386.350	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	875.000	886.015	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	2.434.216	2.500.000	abr-10	Títulos públicos federais
Dividendo complementar - 2009	289.920	300.000	mai-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	215.293	226.467	jul-10	Espécie
Antecipação de Juros sobre o capital próprio/dividendos - 2010 (**)	707.566	707.566	jul-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	953.607	1.012.010	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários - 2010 (**)	1.987.990	1.987.990	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários - 2010 (**)	676.355	676.355	nov-10	Títulos públicos federais
Total	8.563.488	8.725.276		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

(**) A remuneração proposta ao acionista inclui atualização pela taxa SELIC, no valor de R\$ 105.350 mil. Vide o quadro acima de Destinação do resultado.

2009				
Evento	Valor declarado – R\$ mil	Valor pago (*)	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos Complementares - Exercício 2006	1.596.375	2.100.000	mai-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2006	449.389	600.638	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	45.487	54.339	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	1.170.419	1.408.738	ago-09	Títulos Públicos Federais
Dividendos Complementares - Exercício 2008	497.284	528.183	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2008	16.840	16.840	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2008	2.423.658	2.591.262	ago-09	Títulos Públicos Federais
Juros sobre o capital próprio - Exercício 2008	1.319.462	1.344.736	fev-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	929.580	1.146.890	dez-09	Títulos Públicos Federais
Total de pagamentos	8.448.494	9.791.626		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

26. Partes Relacionadas

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.º 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

26.1 Transações com subsidiárias

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

							R\$ mil		
Em 31 de dezembro									
2010							2009		
Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total				
Ativo									
Operações de repasses									
Moeda nacional	82.405.006	11.642.000	94.047.006	51.970.968	6.814.107	58.785.075			
Moeda estrangeira	7.198.212	49.431	7.247.643	8.794.287	63.576	8.857.863			
	89.603.218	11.691.431	101.294.649	60.765.255	6.877.683	67.642.938			
Passivo									
Obrigações por repasses									
Moeda nacional	(890.144)	(91.770)	(981.914)	(644.399)	(2.244.520)	(2.888.919)			
2º semestre de 2010									
Receitas:	Finame	Bndespar	Total						
Operações de repasses									
Moeda nacional	1.563.723	709.195	2.272.918	2.675.407	990.696	3.666.103	1.869.828	1.340.253	3.210.081
Moeda estrangeira	(408.835)	(2.667)	(411.501)	98.535	1.846	100.382	(2.582.141)	(18.942)	(2.601.083)
	1.154.888	706.528	1.861.417	2.773.942	992.542	3.766.485	(712.313)	1.321.311	608.998
Despesas:									
Operações de repasses									
Moeda nacional	(176.168)	(4.667)	(180.835)	(347.998)	(38.931)	(386.929)	(52.448)	(152.129)	(204.577)

26.2 Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições conforme referência às notas explicativas em cada grupo de contas:

R\$ mil			
BNDES			
Em 31 de dezembro			
		2010	2009
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 6)		25.638.179	35.916.554
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 32)		1.784.273	409.482
Passivo			
Operações de repasses		(234.798.923)	(127.277.372)
Instrumento híbrido de capital e dívida		(13.234.016)	(12.388.916)
Outras obrigações com STN		(6.523)	(2.366)
Resultado:			
		2º semestre de 2010	
Resultado com títulos públicos federais		2.537.201	5.878.112
Receitas com outros créditos – equalização		150.789	262.077
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida		(4.669.163)	(11.543.568)
Despesas com outras obrigações – equalização		(2.103)	(4.157)
R\$ mil			
Consolidado			
Em 31 de dezembro			
		2010	2009
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 7)		25.638.179	35.916.554
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 31)		3.547.589	785.813
Passivo			
Operações de repasses		(239.823.527)	(131.824.447)
Instrumento híbrido de capital e dívida		(13.234.016)	(12.388.916)
Outras obrigações com STN		(128.862)	(62.241)
Resultado:			
		2º semestre de 2010	
Resultado com títulos públicos federais		2.554.153	5.895.064
Receitas com outros créditos – equalização		1.267.696	1.658.825
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida		(5.033.191)	(12.239.110)
Despesas com outras obrigações – equalização		(25.983)	(66.619)

26.3 Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobrás, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.



<

(continuação)

O valor justo de cada operação de swap é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As operações de swap contratadas pelo BNDES têm por objetivo (i) administrar sua exposição aos riscos de mercado decorrentes de oscilações em taxas de câmbio e taxa juros e/ou (ii) gerenciar a composição do produto “cesta de moedas”, objeto de repasse aos clientes. Portanto, perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação nesses fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas de proteção cambial em 31 de dezembro de 2010. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e foram contratadas no mercado local com registro na CETIP.

28.1.1 Resumo das operações de swaps contratadas em mercado de balcão em andamento:

Valor Nocial	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
EURO 750 milhões	Euro – US\$	fev/2011	Deutsche Bank, HSBC e Itaú BBA
USD 300 milhões	US\$ – R\$	entre jan/2011 e mar/2011	Citibank e Deutsche Bank
USD 726,5 milhões	US\$ (taxa de juros fixa – flutuante)	entre mar/2015 e ago/2021	Citibank, Merrill Lynch de Investimentos e HSBC

28.1.2 Carteira Administrada

Adicionalmente, de forma a gerenciar descasamentos cambiais e de taxas de juros de curto prazo, o BNDES realiza, através da Carteira Administrada, operações envolvendo derivativos na BM&F. As aplicações e resgates são orientados pelo BNDES, com execução pela BB DTVM, e os valores resultantes dos resgates de aplicações em títulos são depositados na conta do BNDES no Banco do Brasil, para serem reaplicados.

28.2 Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. A mensuração e o registro desses derivativos são feitos pelo valor justo.

28.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos

						R\$ mil
BNDES						
Em 31 de dezembro de 2010						
	Vencimentos	Custodiante	Conta de compensação		Conta patrimonial	Valor de mercado
			Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	
Contratos swap						
Cambiais:						
EUR x US\$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R\$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US\$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)
Contratos futuro						
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	Valores nocionais			
			501.693		833	833
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.151)	(70.151)
					(69.318)	(69.318)
Total					(233.472)	(233.472)

						R\$ mil
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2010						
Vencimentos	Custodiante	Conta de compensação		Conta patrimonial		Valor de mercado
		Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)		
Contratos swap						
Cambiais:						
EUR x US\$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R\$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US\$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)
Contratos futuro						
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	Valores nocionais		833	833
			501.693			
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.150)	(70.150)
					(69.317)	(69.317)
Opções						
	Tipo	Metodologia de precificação				
Compra (passivo)	Americana	Black-Scholes/ Merton	(483.569)			
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton	229.902			
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton	41.346			
Derivativos embutidos					284.419	284.419
Total					(161.373)	(161.373)

						R\$ mil
BNDES e Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2009						
Vencimentos	Custodiante	Conta de compensação		Conta patrimonial		Valor de mercado
		Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)		
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x R\$	Jan/2010 a Fev/2010	CETIP	349.135	345.967	3.168	3.168
USD x R\$	Mar/2010	CETIP	174.531	178.542	(4.011)	(4.011)
R\$ x USD	Mar/2010 a Jun/2010	CETIP	132.338	105.939	26.399	26.399
EUR x USD	Abr/2010	CETIP	410.147	349.267	60.880	60.880
USD x R\$	Jan/2010	BMF	394.187	547.824	(153.637)	(153.637)
Taxas de juros em US\$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.333.666	1.413.291	(79.625)	(79.625)
			2.794.004	2.940.830	(146.826)	(146.826)
Contratos futuro						
			Valores nocionais			
DI (posição vendida)	Jan/2012	BM&F	608.842		140	140
USD (posição vendida)	Fev/2010	BM&F	2.801.591		389	389
					529	529
					(146.297)	(146.297)
Total						

Resumo instrumentos financeiros derivativos

R\$ mil			
BNDES		Consolidado	
Valores a receber (a pagar)		Valores a receber (a pagar)	
Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
2010	2009	2010	2009
Posição ativa	833	556.501	90.976
Posição passiva	(234.305)	(717.874)	(237.273)
Total	(233.472)	(161.373)	(146.297)

Resultado com derivativos

R\$ mil			
2º semestre de		Em 31 de dezembro	
2010		2010	2009
Receita (despesa) com contratos de swaps	(52.215)	(184.755)	33.529
Receita (despesa) com contratos de futuro	(821.196)	(963.298)	(614.401)
Receita (despesa) com contratos de opções	681.963	681.963	-
Receita (despesa) com derivativos embutidos	(330.617)	(330.617)	-
Total	(522.065)	(796.707)	(580.872)



(continuação)

29. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contas a pagar - FAPES	540.635	702.450	520.924	677.511
Passivo atuarial - FAMS	615.103	777.818	506.012	680.398
Total	1.155.738	1.480.268	1.026.936	1.357.909
Curto prazo				
Contas a pagar - FAPES	21.634	28.875	18.070	24.150
Passivo atuarial - FAMS	10.839	16.308	13.285	19.258
Total	32.473	45.183	31.355	43.408
Longo prazo				
Contas a pagar - FAPES	519.001	673.575	502.854	653.361
Passivo atuarial - FAMS	604.264	761.510	492.727	661.140
Total	1.123.265	1.435.085	995.581	1.314.501

29.1 Plano de aposentadoria e pensões:

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo método de Crédito Unitário Projetado – PUC. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	
	BNDES	Consolidado
Valor presente da obrigação atuarial	5.601.412	7.160.601
Valor justo dos ativos do plano	(5.124.899)	(6.551.448)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos / (excesso de cobertura)	476.513	609.153
Ganhos atuariais não reconhecidos	(873.184)	(1.007.407)
Passivo (ativo) atuarial	(396.671)	(398.254)
Limite dos ativos	396.671	398.254
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-
Passivo adicional - Interpretação A (*)	540.635	702.450
Passivo líquido	540.635	702.450

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contratos de 2002 (a)	425.758	544.125	403.523	515.708
Contratos de 2004 (b)	114.877	158.325	117.401	161.803
Total	540.635	702.450	520.924	677.511
Curto prazo	21.634	28.875	18.070	24.150
Longo prazo	519.001	673.575	502.854	653.361
Total	540.635	702.450	520.924	677.511

- a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêm a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
- b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente no início do exercício	4.620.691	5.933.161	3.988.092	5.116.449
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo de juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	743.554	928.687	624.576	819.255
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	(246.638)	(327.537)
Valor presente no fim do exercício (2)	5.601.413	7.160.601	4.620.691	5.933.161

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor justo no início do exercício	4.737.228	6.082.799	3.655.588	4.689.874
Retorno esperado dos ativos do plano	480.044	614.880	445.717	569.935
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	91.160	92.190	403.785	648.345
Contribuições recebidas do empregador	92.470	114.186	485.234	508.849
Contribuições recebidas dos participantes	35.845	40.365	32.631	37.496
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	8.428	-
Valor justo no fim do exercício	5.124.900	6.551.448	4.737.228	6.082.799

O BNDES espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 111.451 mil (R\$ 137.540 mil para o consolidado).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Despesa líquida no exercício:				
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo dos juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Retorno esperado dos ativos do plano	(480.044)	(614.880)	(445.717)	(569.936)
Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	116.537	116.537
Total	68.971	76.845	219.636	243.295

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em (%)			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundos multimercados	5,7	5,7	5,6	5,6
Ações	80,6	80,6	81,7	81,7
Investimentos imobiliários	5,7	5,7	6,2	6,2
Empréstimos e financiamentos	4,3	4,3	4,4	4,4
Outros	3,7	3,7	2,1	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC – n.º 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC n.º 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 571.204 mil e R\$ 707.069 mil no BNDES e Consolidado, respectivamente (R\$ 849.502 mil e R\$ 1.218.281 mil em 31 de dezembro de 2009, no BNDES e Consolidado, respectivamente).

(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	BNDES	Consolidado	R\$ mil
2011	394.846	497.981	
2012	412.614	520.808	
2013	431.182	543.808	

29.2 Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias patrocinam o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução n.º 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos do BNDES e de suas controladas para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário independente em 30 de setembro de 2010, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente das obrigações não fundeadas	824.164	1.040.531	664.675	851.327
Perdas atuariais não reconhecidas	(209.061)	(262.713)	(158.663)	(170.929)
Passivo atuarial líquido	615.103	777.818	506.012	680.398

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do período	682.586	858.729	487.167	622.524
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	17.556	19.646
Custo de juros	68.490	86.090	58.463	74.726
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	72.092	100.078	140.435	168.387
Benefícios pagos	(23.452)	(30.996)	(21.035)	(26.554)
Saldo no final do período	824.164	1.040.531	682.586	858.729

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Despesa líquida no período:				
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	24.306	26.884
Custo dos juros	68.490	86.090	60.457	78.127
Ganhos (Perdas) atuariais líquidas não reconhecidas	3.465	5.751	4.530	5.442
Total	96.403	118.471	89.293	110.453

O BNDES espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 27.674 mil e R\$ 39.996 mil, BNDES e Consolidado, respectivamente.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R\$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	23.648	(18.154)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	189.943	(149.895)

29.3 Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

30. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R\$ mil					
	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Vale-transporte	96	143	184	275	209	249
Vale-refeição	9.665	14.425	16.687	24.906	16.310	17.995
Assistência Educacional	2.694	4.021	5.071	7.568	5.562	6.183
Total	12.455	18.589	21.942	32.749	22.081	24.427

31. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de R\$ 95.143 mil, sendo R\$ 66.137 mil no BNDES, R\$ 19.757 mil na BNDESPAR e R\$ 9.249 mil na FINAME. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R\$ 42.690 mil, sendo R\$ 30.535 mil no BNDES, R\$ 7.531 mil na BNDESPAR e R\$ 4.624 mil na FINAME.

32. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

32.1. Operações Ativas

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa superior à TJLP, para TJLP + 1%. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R\$ 1.784.273 mil (R\$ 409.483 mil em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 3.547.589 mil (R\$ 785.813 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

32.2. Operações Passivas

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modernaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP, para TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R\$ 6.523 mil (R\$ 2.366 mil em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 128.862 mil (R\$ 62.241 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

33. Limites operacionais (Acordo da Basiléia)

De acordo com a Resolução n.º 2.283, de 5 de junho de 1996, do Banco Central do Brasil, os limites mínimos de capital do Banco e do Consolidado são calculados com base nos ativos dos mesmos, ponderados por fatores de risco. A seguir são apresentados os principais indicadores, em 31 de dezembro de 2010, obtidos conforme regulamentação em vigor:



(continuação)

	R\$ mil, exceto percentuais	
	BNDES	Consolidado
Patrimônio de Referência - PR - (1)	83.201.218	83.108.116
Nível I	41.816.173	41.769.622
Nível II	41.816.173	41.769.622
Deduções do PR (2)	(431.128)	(431.128)
Patrimônio de Referência Exigido - PRE - (3)	45.407.035	49.048.808
Índice de Basiléia - %	20,16%	18,64%
Limite de Imobilização	41.600.609	41.554.058
Imobilização (4)	339.432	340.112
Margem (excesso) de Imobilização	41.261.176	41.213.946
Índice de Imobilização - %	0,41%	0,41%

(1) A Resolução n.º 3.444/07, do BACEN, define o Patrimônio de Referência -PR, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de níveis, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido, além de dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.

(2) Ações emitidas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

(3) Mínimo valor exigido para o PR – 11%.

(4) A Resolução n.º 3.105/03, do BACEN, que dispõe sobre a concessão de prazo ao BNDES para enquadramento no limite de aplicação de recursos no ativo permanente, alterada pela Resolução n.º 3.761/09, permite a exclusão de ações adquiridas de forma direta ou indireta em decorrência de: medidas ou programas instituídos por Lei federal, execução de garantias de operações de crédito posteriores à entrada em vigor dessa resolução e os investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

34. Outras informações

34.1 Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/96 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

34.2 Contragarantias prestadas

O BNDES concedeu em contragarantia ao Tesouro Nacional por conta de aval e empréstimos captados no exterior, no montante equivalente a US\$ 600 milhões, com caução de 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais), e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias) de propriedade de sua controlada integral BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

34.3 Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES, eram de:

	Em 31 de dezembro		R\$ mil
	2010	2009	
Doações recebidas (*)	98.426		37.106
Aplicação em operações não reembolsáveis	(11.106)		-
Ressarcimento de despesas administrativas	(1.350)		(9)
Total	85.970		37.097

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis

Fundo de Garantia à Exportação – FGE

Através da Lei n.º 9.818/99, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R\$ 13.413.609 mil.

Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC

O Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC, instituído pela Lei n.º 9.531/97, regulamentado pelo Decreto n.º 3.113/99, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e gerido pelo BNDES. Tem por finalidade prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela FINAME, diretamente ou por intermédio de instituições repassadoras, a microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, ou de montagem e de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R\$ 442.662 mil.

Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD

O Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD, criado em 17 de dezembro de 1997 através da Resolução – BNDES n.º 918, é um fundo de natureza contábil destinado a prestar colaboração financeira, em projetos de desenvolvimento regional e social, a municípios situados nas áreas geográficas de influência da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. O patrimônio inicial foi de R\$ 85.900 mil, oriundo de doação realizada nos termos da Resolução CND n.º 02/97 (Conselho Nacional de Desestatização). Em 2010, foram realizadas liberações que totalizaram R\$ 6.292 mil.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Fundo da Terra

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar n.o 93/98, regulamentado pelo Decreto n.º 3.475/2000, é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo o BNDES como gestor financeiro.

34.4 Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;

b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;

c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;

d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;

e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e

f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010 foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida a partir de janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito destacam-se a aquisição de software específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

• Controles Internos

Controles Internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição que visam proporcionar adequada segurança quanto ao alcance dos objetivos, contribuir para a exatidão das informações financeiras e proteger os ativos, sempre em conformidade às normas externas e internas.

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho.

Os relatórios contendo as conclusões das avaliações realizadas são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração e as recomendações feitas às unidades envolvidas têm sido diligentemente acompanhadas.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado pela ética e transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, com o objetivo de destacar a importância do tema controles internos.

Durante o exercício de 2010, podem ser destacados:

• Os trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos, conforme previsto no planejamento anual da Unidade de Controles Internos;

• A aprovação de normativos internos para disciplinar a relação da Área de Gestão de Riscos – AGR com as demais Unidades Fundamentais e o estabelecimento de procedimentos para encaminhamento das recomendações do CGR;

• As atividades do Grupo de Trabalho criado para estabelecer os critérios e procedimentos para a classificação e tratamento de informações no BNDES;

• A estruturação de um plano para aprimorar a comunicação e promover maior disseminação e fortalecimento da cultura de controles internos; e

• A elaboração e submissão ao Conselho de Administração dos Relatórios de Controles Internos previstos na Resolução CMN nº 2554/98.

(continuação)

Risco Operacional

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as Áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

No que se refere ao capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela vem sendo apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Ao longo de 2010, destacaram-se trabalhos, envolvendo distintas áreas do Banco, para avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional em processos-chaves de risco. Dedicou-se especial atenção ao aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos e do banco de dados de perdas operacionais. Adicionalmente, destacam-se as ações para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES. O tema em questão ensejou a realização de um processo licitatório que está em andamento desde o terceiro trimestre, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2011. Paralelamente, foi elaborado um Plano de Gerenciamento de Incidente (PGI), em fase final de construção.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do BNDES está composta pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelo Conselho de Administração e pela Área de Gestão de Riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis consistentes com o padrão de risco desejável a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e freqüente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de crédito realizadas pela instituição, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

Devido à sua natureza de Banco de Desenvolvimento, o BNDES possui uma carteira de negociação relativamente pequena quando comparada ao total dos ativos detidos pela Instituição. Assim, como parte da gestão do risco de mercado, o BNDES utiliza a metodologia regulamentar de VaR Paramétrico, para risco pré-fixado, e de Maturity Ladder, para aferir os riscos de cupom cambial, de índice de preços e de taxa de juros, conforme estabelecem os normativos do Banco Central. Já para mensurar o risco de juros da carteira bancária (Rban), utiliza-se metodologia própria, observando-se o impacto das oscilações das taxas de juros (indexadores) na receita líquida de juros (Net Interest Income) para o período de 1 ano. Os testes de estresse utilizados na Rban são os regulamentares.

O BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente. Através da contratação de swaps e futuros, o Banco mantém sua exposição líquida abaixo de 5% do Patrimônio de Referência, resultando em parcela de capital regulamentar para risco de câmbio (PCAM) igual a zero¹. As parcelas de risco de commodities (PCOM) e de risco de ações

(PACS) também são iguais a zero, devido ao fato de o Banco não possuir exposições diretas em commodities e da totalidade de sua carteira de ações estar classificada como “Disponível para a Venda”, uma vez que o foco da atuação do BNDES é o fomento ao mercado de capitais.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do BNDES no exercício de 2010, pode-se destacar: a aprovação da Política Corporativa de Classificação de Operações na Carteira de Negociação, na forma da Resolução n.º 1.981 de 03/08/2010 e a revisão da Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado e liquidez, aprovada pela Resolução n.º 2.021 de 09/11/2010; o relatório de descasamento por fator de risco, que acompanha mensalmente as posições líquidas do BNDES; as notas explicativas mensais; os informes trimestrais de risco de mercado; e o início da implantação a ser finalizada em 2011 do software de gestão de risco de mercado, contratado junto à empresa MAPS Soluções e Serviços, conforme contrato OCS 08/2010, firmado pela Diretoria do BNDES em 26/02/2010.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n.º 3.721/2009.

Com relação à apuração do capital regulamentar, as exposições ponderadas por fator de ponderação de risco (PEPR) são mensalmente calculadas e incorporadas ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme os procedimentos determinados pela Circular n.º 3.360/2007 do Banco Central do Brasil. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da instituição, estão inseridos na parcela PEPR outros ativos como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas. A apuração do Patrimônio de Referência Exigido é parte integrante do Documento de Limites Operacionais (DLO) enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil.

Por outro lado, o BNDES também realiza a apuração de outros limites regulamentares internos e externos. Os limites de exposição por cliente e ao setor público, estabelecidos respectivamente por meio das Resoluções CMN n.º 2.844/2001 e n.º 2.827/2001, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras. A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na freqüência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. Matrizes de migração de estados são estimadas para horizontes diversos e o valor em risco para a carteira de créditos é atualmente estimado com a utilização do modelo CreditRisk+.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Crédito durante o exercício de 2010, podem ser destacadas as seguintes:

- aquisição de software específico para a gestão do risco de crédito, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011;
- aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito;
- elaboração trimestral do Relatório de Gestão de Risco de Crédito com o objetivo de prover um conjunto de informações e indicadores de modo a subsidiar o processo decisório da Alta Administração do BNDES;
- Elaboração da Política Corporativa de Reavaliação de Garantias Reais.

35. Evento subsequente

A Presidência da República, por meio do Decreto n.º 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, autorizou aumento de capital social no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 6.400.000 mil, sem emissão de ações, mediante a transferência de até 223.597.798 ações (ON) da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

¹ A PCAM atual não considera instrumento conversível em BDR. A inclusão desse instrumento, embora altere a exposição cambial, não mudaria o valor da parcela regulamentar, uma vez que a exposição em 31/12/2010 continuaria sendo inferior a 5% do PR. Foi realizada consulta formal ao Banco Central para averiguar a necessidade de sua inclusão na exposição cambial.



(continuação)					
36. Informações complementares					
Essa nota tem por objetivo relatar a correlação entre as contas patrimoniais e as contas de resultado.					
					R\$ mil
BNDES					
Em 31 de dezembro					
		2010	2009		
	Balanco	Resultado	Resultado	Balanco Patrimonial	Resultado
	Patrimonial	2º semestre	Acumulado		Acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		6.342.696	9.913.322		6.735.169
ATIVOS / RECEITAS	520.854.166	16.085.949	36.320.764	379.279.940	13.320.610
DISPONIBILIDADES	8.009	-	-	2.972	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.113.958	410.320	540.356	2.006.817	529.625
Aplicações - carteira de câmbio	1.689.615	164	265	991	279
Aplicações em operações compromissadas	24.343	6.011	15.069	5.826	98.624
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	8.400.000	404.145	525.022	2.000.000	430.722
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39.160.457	2.921.782	7.435.473	41.999.109	4.078.449
Fundo BB Extramercado	1.825.135	61.603	111.373	1.762.632	165.746
Debêntures	6.672.597	-	-	2.776.275	203.965
Debêntures disponíveis para venda	2.718.869	143.402	297.599	1.401.878	98.141
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.304.844	146.442	237.650	14.970.121	863.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	12.657.494	1.689.993
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.180.961	551.423	1.472.909	5.640.619	171.402
Títulos de renda fixa no exterior	7.563.684	783.176	2.159.365	-	-
CVS	5.954.840	567.855	887.832	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	833	40.657	925.621	90.976	479.719
Notas Promissórias	-	-	-	50.794	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.938.694	634.747	1.358.006	2.648.320	414.363
Outros títulos públicos	-	(31)	(31)	-	-
Outras receitas/despesas com TVM	-	(7.492)	(14.851)	-	(8.059)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	370.443.572	7.303.218	18.973.888	287.634.093	3.972.990
Créditos vinculados	25	-	-	26	-
Operações de Repasse	193.486.376	4.551.013	8.696.060	130.584.665	3.894.671
Operações de Crédito	176.957.171	2.752.205	10.277.828	157.049.402	78.319
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(3.337.194)	831.335	3.032.063	(4.309.725)	(21.587)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - debêntures	(2.670)	(23)	78.782	(81.451)	(74.497)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - repasses	(702.841)	296.613	264.620	(967.460)	1.122.374
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - operações de crédito	(2.629.389)	569.863	611.259	(3.240.648)	(1.228.477)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - Direitos Recebíveis	(2.294)	16.894	17.718	(20.011)	(12.513)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - Venda a prazo de TVM	-	24	156	(155)	26
Baixas como prejuízo fiscal	-	(108.099)	(139.966)	-	(235.705)
Recuperações de crédito	-	56.063	2.199.494	-	407.205
OUTROS CRÉDITOS	12.317.657	1.419.165	2.235.847	8.089.048	676.960
Direitos Recebíveis	1.060.315	63.774	139.741	1.050.379	125.729
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	152	237	5.177	-
Créditos perante o tesouro nacional	1.784.273	861.745	1.364.791	409.483	405.094
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	160.066	-	-	4.823	77
Créditos tributários	668.126	-	-	538.175	-
Antecipação de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	1.165.804	-
Operações da carteira de câmbio - ativo	1	49.859	99.934	1	59.018
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	997.577	105.351	138.000	965.961	36.884
Rendas a receber	772	-	-	601	-
Direitos a receber – Eletrobrás	7.172.194	-	-	3.500.000	-
Devedores por depósitos em garantia	139.679	-	-	136.583	-
Pagamentos a ressarcir	78.192	-	-	60.564	-
Incentivos fiscais	191.596	(4.700)	12.284	174.490	32.152
Diversos	64.866	342.984	480.860	77.007	18.006
OUTROS VALORES E BENS	284.376	(19.785)	(11.698)	245.687	(56.449)
Outros valores e bens	10.934	-	-	11.707	-
Despesas antecipadas	273.442	(19.785)	(11.698)	233.980	(56.449)
INVESTIMENTOS	91.724.009	3.227.644	4.129.525	43.503.563	4.155.716
Participações - equivalência patrimonial	-	3.153.165	4.054.643	-	4.155.579
Participações - dividendos	-	52	437	-	126
Participações - juros sobre o capital próprio	-	74.427	74.445	-	11
Participações - provisões	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO	98.488	-	-	95.756	-
DIFERIDO	40.834	-	-	12.620	-
Depreciações	-	(7.730)	(14.690)	-	(15.094)

(continuação)

	R\$ mil				
	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanco Patrimonial	Resultado Acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DESPESAS	520.854.166	(9.743.253)	(26.407.442)	379.279.940	(6.585.441)
DEPÓSITOS	21.573.906	(705.660)	(1.447.844)	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos especiais - FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo - CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos Diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	6.727.156	(230.867)	(446.595)	6.960.022	(462.026)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	268.143.974	(3.424.484)	(11.057.522)	157.659.225	4.805.868
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior - bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasse no país	242.891.559	(4.192.707)	(10.655.541)	135.418.903	746.864
Repasse no país - Tesouro Nacional	234.798.923	(4.026.424)	(10.260.048)	127.277.372	978.898
Repasse no país - Controladas	981.914	(180.836)	(386.930)	2.888.919	(204.577)
Repasse no país - FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934
Repasse no país - Outros	34.478	(1.398)	(2.754)	38.850	(104.391)
Repasse no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.576.516	(2.400.113)	(6.094.706)	35.146.578	(4.274.709)
Operações da carteira de câmbio - passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	(567.697)	(2.397.764)	462.097	(1.063.457)
Outros impostos e contribuições	59.676	(193.120)	(381.331)	68.535	(391.296)
Vinculadas ao Tesouro Nacional	6.523	(2.104)	(4.157)	2.366	(3.932)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	31.400.472	195.351	406.434	30.633.511	430.536
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	120.157	16.925	22.536	145.385	642.356
Dividendos e Juros s/ capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Contas a pagar - FAPES	540.635	(57.052)	(74.964)	520.924	(68.314)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	234.305	(914.067)	(2.073.673)	237.273	(1.060.591)
Passivo atuarial - FAMS	615.103	(41.075)	(120.684)	506.012	(73.464)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	66.137	17.138	28.692	94.829	12.021
Impostos e contruibuições diferidos	206.580	-	-	134.194	-
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	444.961	(709.588)	(1.208.131)	371.732	(1.165.984)
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT - Recursos Constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 000120111032100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

	R\$ mil				
	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010		2009		
	Resultado				
	Balanco Patrimonial	2º semestre	Resultado Acumulado	Balanco Patrimonial	Resultado Acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DESPESAS	549.019.962	(14.737.288)	(33.395.676)	386.633.271	(10.564.045)
DEPÓSITOS	-	-	-	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos especiais - FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos a prazo - CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos Diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
Recursos em trânsito de terceiros	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12.726.922	(477.430)	(937.687)	10.559.270	(728.987)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	272.186.665	(4.487.790)	(13.130.508)	159.317.381	2.934.690
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior - bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasse no país	246.934.250	(5.256.013)	(12.728.527)	137.077.059	(1.124.314)
Repasse no país - Tesouro Nacional	239.823.527	(4.390.451)	(10.955.589)	131.824.447	593.474
Repasse no país - FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934
Repasse no país - Outros	34.479	(881.513)	(1.767.129)	38.850	(1.794.722)
Repasse no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	52.699.855	(6.084.279)	(10.518.862)	37.242.505	(6.115.174)
Operações da carteira de câmbio - passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Impostos e contribuições sobre o lucro	551.960	(2.002.901)	(4.286.305)	1.371.711	(2.236.550)
Outros impostos e contribuições	110.111	(338.114)	(594.446)	105.258	(545.785)
Provisão para Imposto de renda diferido	15.667.263	-	-	154.603	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	31.406.440	195.339	406.393	30.633.518	429.449
Vinculadas ao Tesouro Nacional	128.862	(25.984)	(66.621)	62.241	(112.112)
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	661.568	5.126	26.436	692.900	584.812
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Credores vinculados liquidação operação	96.265	-	-	107.005	-
Contas a pagar - FAPES	702.450	(74.460)	(102.368)	677.511	(88.944)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros - passivo	234.305	(2.669.209)	(3.828.815)	237.273	(1.060.591)
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável - passivo	483.569	-	-	-	-
Passivo atuarial - FAMS	777.818	(50.109)	(135.208)	680.398	(89.600)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	95.143	26.443	42.061	137.204	11.560
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	902.134	(1.005.586)	(1.688.325)	413.163	(1.474.829)
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT - Recursos Constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-



(continuação)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Miguel Jorge – Presidente Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente Alessandro Golombiewski Teixeira Carlos Roberto Lupi Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira Artur Henrique da Silva Santos Paulo Bernardo Silva Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
CONSELHO FISCAL Reginaldo Braga Arcuri Carlos Eduardo Esteves Lima André Luiz Barreto da Paiva Filho Clayton Campanhola – Suplente Francisco Moreira da Cruz Filho – Suplente Eduardo Coutinho Guerra – Suplente
COMITÊ DE AUDITORIA João Paulo dos Reis Velloso Attilio Guaspari Paulo Roberto Vales de Souza
DIRETORIA Luciano Galvão Coutinho – Presidente Armando Mariante Carvalho Junior – Vice-Presidente João Carlos Ferraz Elvio Lima Gaspar Eduardo Rath Fingerl Maurício Borges Lemos Wagner Bittencourt de Oliveira Luiz Fernando Linck Dorneles
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA Selmo Aronovich
CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064.817/4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e sem este findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R\$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2010, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de empresas coligadas em que a controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$8.306.612 mil, que representava 2,15% do total dos ativos consolidados e 30,07% do patrimônio líquido e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ	Marcelo Cavalcanti Almeida Contador CRC 1RJ 036.206/O-5
---	---

PARECER N.º 01 / 2011 – CONSELHO FISCAL	
O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/10, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e com a Circular 2.990, de 28/6/2000, expedida pelo Banco Central do Brasil.	
Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R\$ 10.144.769.811,88) já contemplada nas demonstrações contábeis, com a qual concorda, a seguir discriminada:	
a)	5%, correspondente ao valor de R\$ 507.238.490,59 (quinhentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos), para a constituição da Reserva Legal;
b)	R\$ 20.184.420,30 (vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e trinta centavos) correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
c)	25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.404.336.725,25 (dois bilhões, quatrocentos e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), cujo pagamento já foi realizado com base no balanço de 30/6/10;

(continuação)

- d) R\$ 1.072.924.172,66 (um bilhão, setenta e dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos) a título de dividendos complementares, cujo pagamento já foi realizado com base no balanço de 30/6/10;
- e) 15%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 1.442.602.035,15 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e dois mil, trinta e cinco reais e quinze centavos) para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e
- f) R\$ 4.697.483.967,93 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), equivalente ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 16 de março de 2011

Reginaldo Braga Arcuri
Carlos Eduardo Esteves Lima
André Luiz Barreto de Paiva Filho

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2010, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à migração da contabilidade para as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes; e
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), para analisar e discutir os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), como quando da análise das demonstrações do primeiro semestre e do exercício de 2010.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, teve como reflexo mais significativo a mudança do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. O impacto bruto dessa alteração foi um acréscimo de R\$ 43,3 bilhões, no Ativo Total, que correspondeu a 82% do valor anterior da carteira. O impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi de R\$ 29,4 bilhões.

O parecer emitido pela Deloitte, referente ao exercício de 2010, apresentou uma ressalva decorrente do fato de que duas empresas coligadas, do setor de energia, não apresentaram suas demonstrações financeiras segundo os critérios do IFRS. As empresas do setor elétrico, em virtude de indefinições sobre alguns procedimentos básicos para adequação às novas normas, vinham adotando os critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, a parcela do resultado dessas duas empresas, incorporada aos resultados do Sistema BNDES por equivalência patrimonial, foi apurada com base nos critérios anteriores à adoção do IFRS.

Afora essa ressalva, o parecer atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A carteira de participações, que teve expressiva recuperação, após a crise financeira que se iniciou no segundo semestre de 2008, foi responsável por significativa parcela do resultado do Sistema. Em 2010 esse resultado foi de R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em 2009. Desses resultados, a alienação de ativos foi responsável por R\$ R\$ 3,2 bilhões em 2010, sendo que em 2009 a alienação gerou um resultado de R\$ 1,2 bilhão.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 98,5% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,6% no Sistema Financeiro Nacional.

No exercício de 2010, além da implementação das normas do IFRS nas demonstrações financeiras, destacam-se os seguintes aspectos.

- a) o ingresso de recursos oriundos do Tesouro Nacional, sob a forma de empréstimo, no valor de R\$ 104,7 bilhões, que vêm se somar aos R\$ 100,0 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram em 2009;
- b) a recuperação de Créditos em Liquidação, decorrente da renegociação da dívida da Southern Electric do Brasil, SEB, agora sob novo controle acionário. Essa recuperação gerou uma receita com reversão de Provisão para Risco de Crédito de R\$ 2,1 bilhões;
- c) aporte de capital do BNDES, pela União, de R\$ 7,2 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões mediante a transferência de ações da Petrobrás e R\$ 2,7 bilhões mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital na Eletrobrás; e
- d) aquisição de ações da Petrobrás, no valor de R\$ 24,7 bilhões, sendo R\$ 22,4 bilhões pela BNDESPAR e R\$ 2,3 bilhões pelo BNDES;

Como fato subsequente, destaque para o Decreto nº 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, que entre outras providências autorizou o aumento de capital do BNDES, de até R\$ 6,4 bilhões, mediante a transferência de ações da Petrobrás.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se confortavelmente enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 18,6%, quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 0,6%, quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 19,3% contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 0,4%, sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES. A esse respeito, vale registrar que a Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, emitiu, em 18 de junho de 2008, Certificado de Auditoria considerando Regular, Sem Ressalvas, a gestão dos administradores do Sistema BNDES durante o exercício de 2007. Em 2008, o Tribunal de Contas da União, TCU, julgou as contas de todas as empresas do Sistema BNDES, e fundos administrados, relativas ao exercício de 2006. Todas as contas foram aprovadas como Regulares, sendo a maioria Sem Ressalvas. No exercício de 2009, o TCU julgou regulares com ressalvas as contas do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, FGPC, relativa ao exercício de 2007, e do BNDES, relativa ao exercício de 2005.

Em 2010, o TCU julgou regulares as contas do BNDES, FINAME e BNDESPAR referentes a 2007 e 2008. O julgamento relativo às contas de 2007 se deu em 24 de setembro; e o relativo às contas de 2008 se deu em 19 de outubro.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2011.

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro

Atílio Guaspari
Membro



(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR
CNPJ: Nº. 03.383.281/0001-09
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas se valorizarem perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão “Guerra Cambial” para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, no Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias - crescimento de 5,9% no mesmo período - já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro trimestre de 2010 foram 11,3% superiores àquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US\$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US\$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US\$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US\$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US\$ 205 milhões para US\$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionada pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

II. A EMPRESA

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1982, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua

principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Desde 2001 as atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

A AMC concentra as atividades de investimento, desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

III. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/10

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

R\$ milhões, exceto percentuais								
Resultado	2010	2009	Evolução	%4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução	%	
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.860	6.575	(10,9)	1.248	835	49,5		
Resultado com Operações Financeiras	(275)	(597)	(53,9)	135	(208)	(164,9)		
Outras receitas (despesas) operacionais	(380)	1.646	(123,1)	(189)	1.861	(110,2)		
Tributação sobre o Lucro	(1.490)	(1.831)	(18,6)	(323)	(661)	(51,1)		
Participação dos Empregados no Lucro	(46)	(17)	170,6	(46)	(17)	170,6		
Lucro Líquido (LL)	3.669	5.776	(36,5)	825	1.810	(54,4)		
Resultado líquido da marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a participações acionárias	2010	2009	Evolução	%4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução	%	
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.509	6.679	(17,5)	1.664	1.557	6,9		
Tributação sobre o Lucro	(1.371)	(1.866)	(26,6)	(464)	(906)	(48,8)		
Lucro Líquido (LL)	3.437	5.845	(41,2)	1.100	2.287	(51,9)		
Balanco Patrimonial	DEZ/10	DEZ/09	Evolução	%	DEZ/10	SET/10	Evolução	%
Ativo Total (AT)	125.823	108.753	15,7	125.823	121.335	3,7		
Títulos e Valores Mobiliária ^{1/}	16.523	12.420	33,0	16.523	15.314	7,9		
Outros Créditos	6.410	6.981	(8,2)	6.410	4.416	45,2		
Participações Societárias ^{1/} (PS)	102.890	89.352	15,2	102.890	101.605	1,3		
Obrigações por emissão de debêntures	6.000	3.599	66,7	6.000	3.821	57,0		
Obrigações por empréstimos	14.276	9.232	54,6	14.276	29.928	(52,3)		
Outras Obrigações	19.045	22.567	(15,6)	19.045	17.534	8,6		
Patrimônio Líquido (PL)	86.502	73.355	17,9	86.502	70.052	23,5		
	2010	2009		4º TRIM/10	4º TRIM/09			
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/ AT)	68,75%	67,45%		68,75%	67,45%			
Participações Societárias/ Ativo Total (PS / AT)	81,77%	82,16%		81,77%	82,16%			
Retorno s/ Ativos (LL/ AT médio) ^{3/}	3,13%	6,74%		0,67%	1,78%			
Retorno s/ PL (LL/ PL médio) ^{4/}	4,59%	11,11%		1,05%	2,79%			
Result. de Partic. Societ./ Participações Societária ^{4/}	6,10%	9,39%		1,22%	0,98%			

^{1/} Sem o total das participações em não coligadas

^{2/} Incluir participações em coligadas (investimentos) e não coligada

^{3/} Atmédio = (AT inicial + AT final) / 2

^{4/} PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2

^{5/} PSmédio = (PS inicial + PS final) / 2

Em 2010 a BNDESPAR aplicou todos os Pronunciamentos Contábeis e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os principais efeitos destas aplicações estão evidenciados na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Contábeis de 31/12/10, e encontram-se resumidos a seguir:

- a) a marcação a valor justo dos investimentos em companhias não-coligadas, os quais passaram a ser classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e não mais como outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição. O ajuste a valor justo desta carteira é contabilizado em contrapartida a conta específica de patrimônio líquido denominada ajuste de avaliação patrimonial;
- b) a reversão da provisão para risco de crédito registrada com base na Resolução CMN 2.682/99 aplicada pelo Banco Central às instituições financeiras e até então adotada pela BNDESPAR de forma a estar alinhada com as práticas de seu controlador, o BNDES. O registro da provisão passou a ser efetuado com base em indicadores de perda incorrida e não mais perda esperada;
- c) o registro e a marcação a valor justo dos derivativos embutidos em debêntures que apresentem cláusulas de conversibilidade ou permuta; e
- d) o registro e marcação a valor justo de derivativos isolados vinculados a participações societárias.

Os ajustes a valor justo dos derivativos citados nos itens c) e d) acima são contabilizados no ativo/passivo com contrapartida no resultado de participações societárias. O quadro acima apresenta o resultado com participações societárias, a tributação sobre o lucro líquido e lucro líquido sem estes efeitos. Entretanto, ressalta-se que representa um resultado econômico cuja realização financeira depende de eventos futuros.

(continuação)

A seguir apresenta-se a análise do resultado de 2010 contemplando na íntegra a aplicação das normas contábeis em vigor.

RESULTADO

A BNDESPAR apurou lucro líquido de R\$ 3.670 milhões no exercício de 2010, o que representa uma redução de 36,5% em relação ao exercício de 2009. Na formação deste resultado destaca-se o decréscimo do resultado de participações societárias e das outras receitas (despesas) operacionais. A redução expressiva deste grupo, de 123,1%, deve-se ao registro excepcional de atualização monetária de dividendos declarados pela Eletrobrás em dezembro de 2009, relativos aos exercícios de 1979 a 1998. Este e outros serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir.

Resultado de Participações Societárias

A composição do resultado com participações societárias está demonstrada no gráfico a seguir. Observa-se que o resultado de alienações juntamente com a receita de dividendos e JCP foram os valores que mais contribuíram na formação do resultado de participações societárias de 2010. Em 2009, destacaram-se os impactos do ganho por compra vantajosa em operações de reestruturação societária em que a BNDESPAR participou e a realização de ajuste de avaliação patrimonial por conta de mudança no critério de avaliação de investimentos de "TVM disponível para venda", avaliado pelo valor justo, para "investimento em coligada", avaliado por equivalência patrimonial.



O resultado com alienações de TVM apresentou crescimento de 189,6% em comparação a 2009 devido às alienações de grande vulto realizadas neste exercício, a maior parte no 2º semestre. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R\$ 2.056 milhões).

Em 2009, as principais alienações envolveram ações de CSN, Light e LLX, cujos resultados obtidos somaram R\$ 876 milhões.

Historicamente, o resultado com alienações reflete a estratégia de giro da carteira de investimentos da BNDESPAR e visa contribuir com o orçamento de investimentos do Sistema BNDES, sempre aproveitando as oportunidades do mercado.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio apresentou ligeira redução de 8,0% entre 2009 e 2010. As empresas com maior participação na receita de dividendos e juros sobre capital próprio em 2010 foram: Petrobras (R\$ 950 milhões), Vale (R\$ 280 milhões), Light (R\$ 177 milhões), Valepar (R\$ 151 milhões), CPFL Energia (R\$ 121 milhões) e Eletrobras (R\$ 108 milhões), perfazendo um total de 80,2% da receita. Cabe ressaltar que estas empresas também foram destaques em 2009.

O resultado de equivalência patrimonial apurado no exercício de 2010 não apresentou variação relevante em comparação ao apurado no exercício de 2009 e reflete o desempenho das coligadas da BNDESPAR.

O resultado com derivativos reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

Resultado de Operações Financeiras

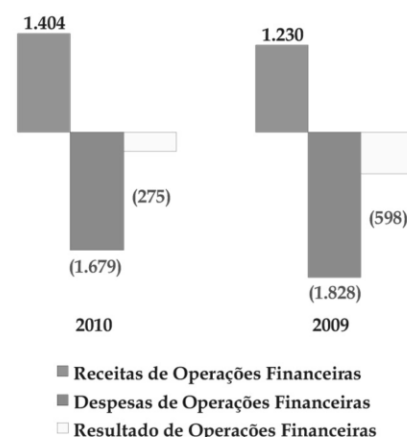
O resultado de operações financeiras da BNDESPAR em 2010 foi negativo em R\$ 275 milhões, o que representa uma melhora em relação aos R\$ 597 milhões, também negativos, apurados em 2009.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

As despesas financeiras representam os encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e o registro da provisão para redução ao valor recuperável.

Resultado com Operações Financeiras

R\$ milhões



Receitas de Operações Financeiras

O aumento de 14,1% nas receitas financeiras reflete o crescimento da receita com debêntures e o crescimento da remuneração das disponibilidades aplicadas, ambas devido ao aumento do saldo médio.

Houve ainda uma receita extraordinária de R\$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução no resultado com fundos de investimento, que passou de R\$ 454 milhões positivos em 2009 para R\$ 122 milhões negativos em 2010 devido à desvalorização das cotas dos fundos.

Despesas de Operações Financeiras

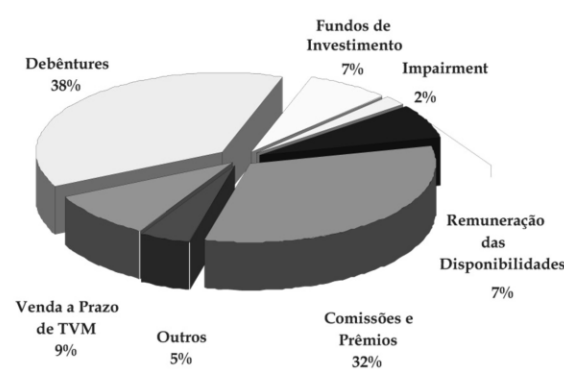
As despesas com operações financeiras apresentaram decréscimo de R\$ 149 milhões em relação ao exercício de 2009, destacando-se a redução do serviço da dívida com o BNDES em R\$ 360 milhões. Tal redução, por sua vez, decorreu da queda no saldo médio do passivo com o Banco em 33,9% por conta das capitalizações de mútuo realizadas em 2009 que totalizaram R\$ 20,3 bilhões.

Em 2010 o incremento no saldo de mútuo ocorreu somente no final do 3º trimestre por conta do repasse de R\$ 22.399 milhões utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras. Em contrapartida, em dezembro de 2010 o BNDES aumentou o capital da BNDESPAR em R\$ 15.600 milhões mediante conversão de mútuo, o que contrabalançou aquele efeito.

O aumento de R\$ 224 milhões no serviço da dívida com emissão de debêntures decorreu da emissão de 1.250.000 debêntures simples realizada em dezembro de 2009 (R\$ 1,25 bilhões) e da emissão de 2.025.000 debêntures realizada em dezembro de 2010 (R\$ 2.025 milhões).

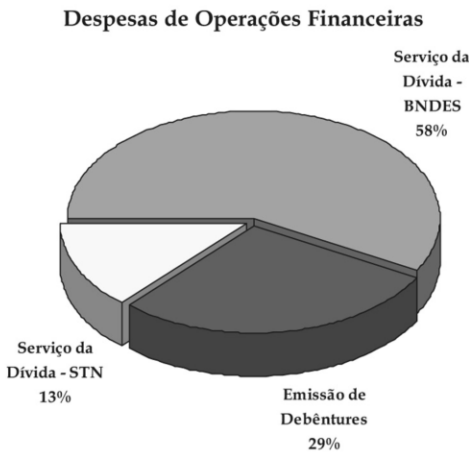
A proporção de cada grupo na composição do total das receitas e despesas com operações financeiras registradas em 2010 está ilustrada nos gráficos a seguir:

Receitas de Operações Financeiras





(continuação)



Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 380 milhões em 2010, o que representa uma redução de 123,1% em relação a 2009, quando foi registrada uma receita de R\$ 1.646 milhões. Essa redução deveu-se à atualização monetária (SELIC) dos dividendos declarados pela Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998, no valor de R\$ 1.985 milhões registrado em dezembro de 2009. É importante destacar que essa receita registrada em 2009 foi pontual e determinada por fato extraordinário. Em relação às despesas ordinárias, verificou-se aumento nas despesas com pessoal e com tributos de 51,3% e 23,6%, respectivamente. A despesa com pessoal é explicada pelo aumento do percentual de participação da BNDESPAR no sistema de rateio das despesas administrativas entre as empresas do Sistema BNDES (2009: 20% e 2010: 29%).

ESTRUTURA PATRIMONIAL

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 125.823 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representou crescimento de 15,7% em relação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento, por sua vez, é explicado principalmente pelo acréscimo de 47,3% da carteira de debêntures e de 15,2% da carteira de investimentos em participações societárias.

Principais Ativos

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/10, totalizou R\$ 102.890 milhões (81,8% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R\$ 13.641 milhões em 31/12/10; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como “TVM disponível para venda” e avaliados pelo valor justo, no total R\$ 89.249 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários e mantém seus investimentos por um prazo médio de cinco anos, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R\$ 13.102 milhões (10,4% do ativo total) em 31/12/10. As debêntures são classificadas entre duas categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; ou (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão, permuta ou que dispõem de bônus de subscrição e representam 91,9% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/10.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2010, tal carteira compreendia títulos de emissão de 189 empresas (incluindo ações em 152 empresas) e de 38 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2010, encontra-se na tabela a seguir:

	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	41,2%	-	-	-	36,0%
Mineração	24,5%	9,8%	-	-	22,5%
Energia Elétrica	13,9%	0,0%	-	-	12,2%
Alimentos	4,7%	47,3%	-	-	9,1%
Papel e celulose	4,5%	0,1%	-	-	3,9%
Telecomunicações	2,0%	12,7%	-	15%	3,1%
Siderurgia	2,1%	0,0%	-	63%	2,0%
Metalurgia	0,2%	14,6%	-	-	1,8%
Transportes	1,5%	2,9%	-	-	1,6%
Fd. Priv. Equity-PIQ	-	0,0%	75,7%	-	1,3%
Outros	5,4%	12,6%	24,3%	22%	6,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

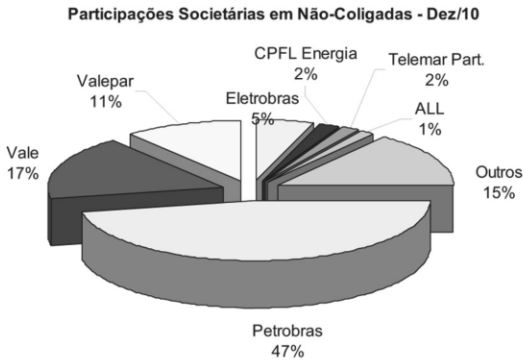
Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía representantes em 9 (nove) Conselhos Fiscais e 28 (vinte e oito) Conselhos de Administração no universo de 152 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 58 dessas empresas.

a) Carteira de Ações (Participações Societárias)

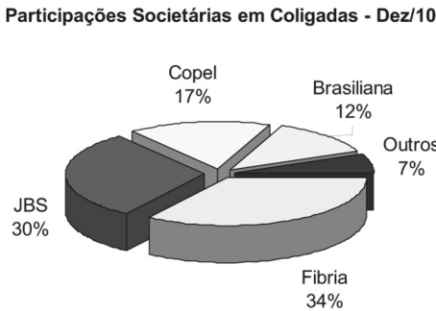
A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

O saldo das participações em não-coligadas apresentou crescimento de 18,8% em 2010, passando de R\$ 75.121 milhões para R\$ 89.249 milhões. Cabe ressaltar que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

A principal operação de investimento realizada neste exercício foi a subscrição de 60.994.736 ações ON e 783.269.961 ações PN ações da Petrobras, no valor de R\$ 22.408 milhões, adquiridas como parte da operação de capitalização da companhia realizada em setembro de 2010. Com este investimento a participação da Petrobras na carteira de não-coligadas na BNDESPAR atingiu 46,9%, conforme se observa no gráfico a seguir:



Os investimentos em coligadas em 31/12/10 atingiram R\$ 13.641 milhões, sem variação relevante em relação a 31/12/09. Segue composição destes investimentos em 31/12/10:



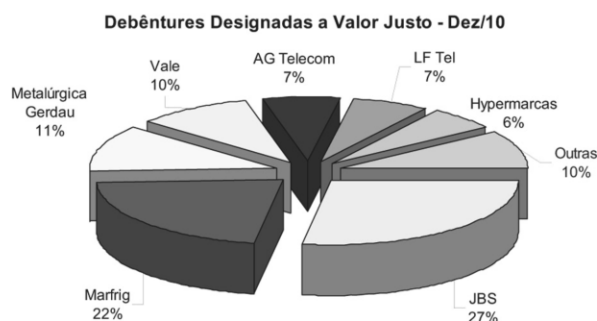
(continuação)

b) Debêntures

Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em dois grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado e empréstimos e recebíveis.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R\$ 13.102 milhões em 31/12/10, o que representa um crescimento de R\$ 4.207 milhões em relação a 31/12/09. Este aumento decorreu principalmente das subscrições realizadas em 2010, no total de R\$ 3.770 milhões, sendo as operações de Marfrig e Hypermarcas responsáveis por cerca de 95% deste total.

Do total da carteira de debêntures, a parcela avaliada pelo valor justo correspondia a 92,3% em 31/12/10. Eis gráfico demonstrando a composição percentual desta carteira.



O saldo de debêntures classificadas como empréstimos e recebíveis não apresentou variação relevante no exercício de 2010.

c) Outros Créditos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda de Ações a Prazo, venda de debêntures a prazo, créditos com o BNDES e direitos recebíveis.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para redução ao valor recuperável, totalizaram R\$ 1.369 milhões. Este saldo caiu 59,0% em 2010 devido à liquidação de contrato de mútuo com o BNDES no valor de R\$ 1,9 bilhões.

O saldo de direitos recebíveis, líquido da provisão para redução ao valor recuperável, totalizou R\$ 1.647 milhões.

d) Outros Ativos

Compreende, principalmente, impostos a recuperar, créditos tributários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber e incentivos fiscais.

Em 31/12/10 os dividendos a receber da Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998 e suportados por fato relevante publicado em 22/01/10, representavam 93,0% do saldo de R\$ 1.909 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Fontes de recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos em participações societárias e debêntures e eventuais desinvestimentos. Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar os contratos de mútuo firmados com o BNDES. As condições financeiras destes contratos usualmente espelham as condições de custos e prazos do BNDES junto à sua principal fonte de recursos, o Tesouro Nacional (TN). A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

a) Obrigações por Repasses

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresenta como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, representando 9,3% do passivo total. O saldo do passivo com o BNDES em 31/12/10 era de R\$ 1.691 milhões, 70,0% inferior ao registrado no final do exercício de 2009.

Destaca-se em 2010 o aumento do saldo do passivo em setembro de 2010 no valor de R\$ 22.400 milhões devido ao repasse de 5.111.911 LFT's pelo BNDES utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras.

Já em dezembro de 2010, por outro lado, o saldo foi reduzido pela conversão de R\$ 15.600 milhões do mútuo com o BNDES em capital social da companhia. Essa operação fez com que o patrimônio líquido da BNDESPAR representasse 68,75% das fontes de recursos em 31/12/10.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo das obrigações por repasses em 31/12/10 por moeda.

		R\$ milhões
		DEZ/10
JUROS		
BNDES		11.691
TJLP	2,0%	10.881
UR - IGPM	10,1%	761
US\$	7,0%	49
STN	Selic	2.585
Total		14.276

b) Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR correspondem hoje à segunda principal fonte onerosa de recursos da companhia. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e cinco emissões realizadas. Estas emissões tem como objetivos principais:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em dezembro de 2010 a BNDESPAR realizou sua quinta oferta de debêntures, a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R\$ 2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série. A primeira e a segunda série têm vencimento em 1/1/14 e a terceira série tem vencimento em 15/1/17.

c) Outras Obrigações

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 85,3% do total de R\$ 19.046 milhões apurado em 31/12/10. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo em contrapartida ao resultado. O saldo de impostos diferidos reduziu R\$ 2.719 milhões no exercício.

Outros valores que se destacam neste grupo são: (i) os dividendos a pagar ao BNDES (acionista único) que totalizou R\$ 983 milhões em 31/12/10, sem variação relevante em relação a 31/12/09; e (ii) o valor justo de instrumento financeiro derivativo passivo (opção de compra a favor de terceiros contra a BNDESPAR), que passou de R\$ 894 milhões em 31/12/09 para R\$ 484 milhões em 31/12/10.

d) Patrimônio Líquido

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 68,7% do passivo total e apresentou crescimento de 17,9% em relação a 31/12/09, atingindo R\$ 86.502 milhões. Esta variação resulta basicamente da capitalização ocorrida em dezembro de 2010 por meio da conversão de mútuo com BNDES no valor de R\$ 15.600 milhões.

IV. RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 129 profissionais (135 em 31/12/09). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/10, 130 profissionais, sendo 109 de nível superior e 21 de nível médio.

V. INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/01/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.



(continuação)				
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM				
(Em milhares de reais)				
	Nota			
	Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE		5.122.574	7.304.291	2.907.805
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	1.126.479	1.944.890	584.025
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	2.375.801	1.768.675	1.085.123
Debêntures designadas	7.3	260	120.312	48.920
Ações e bônus de subscrição	7.1	81.464	68.479	-
Cotas de fundos de investimento	7.5	2.022.829	1.579.884	1.035.633
Instrumentos financeiros derivativos		271.248	-	-
Títulos públicos		-	-	570
OUTROS CRÉDITOS		1.619.211	3.539.916	1.238.657
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	236.147	2.381.179	377.460
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(541)	(3.403)	(2.393)
Direitos recebíveis	8	67.915	10.072	5.456
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(1.219)	(2.931)	(1.532)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	725.545	727.139	652.134
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	13.1	261.359	414.230	189.682
Devedores para depósitos em garantias		328.097	11.563	14.815
Diversos		1.908	2.067	3.035
OUTROS VALORES E BENS		1.083	50.810	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.700.848	101.448.925	59.769.872
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	102.269.829	83.827.232	48.683.402
Empréstimos e recebíveis - debêntures simples	7.3	1.058.443	420.582	91.431
Provisão para risco de crédito - debêntures simples	7.3.3	(342)	(76)	-
Debêntures designadas	7.3	12.044.076	8.354.605	5.248.046
Ações e bônus de subscrição	7.1	89.167.652	75.052.121	43.343.925
OUTROS CRÉDITOS		4.789.645	3.390.354	3.719.434
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	1.135.545	965.689	3.170.312
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(2.603)	(11.266)	(10.826)
Direitos recebíveis	8	1.608.348	9.495	15.334
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(28.877)	(1.884)	(4.845)
Créditos tributários	13.2	651.140	820.192	423.558
Incentivos fiscais		242.244	202.990	125.901
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	1.183.848	1.405.138	-
INVESTIMENTOS	10.2	13.641.374	14.231.339	7.367.036
Participações em coligadas		13.641.374	14.231.339	7.367.036
TOTAL DO ATIVO		125.823.422	108.753.216	62.677.677
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM				
(Em milhares de reais)				
	Nota			
	Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE		3.201.312	3.177.753	4.075.740
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12	306.224	62.012	168.088
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	11	872.280	281.394	2.899.149
Repasse com o BNDES	11	872.280	281.394	2.899.149
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.022.808	2.834.347	1.008.503
Dividendos	15	983.048	917.865	780.399
Impostos e contribuições sobre o lucro	13.1	349.295	840.591	78.033
Outros impostos e contribuições		33.500	29.973	58.747
Provisões trabalhistas e cíveis	14	5.830	5.420	5.017
Passivo atuarial - FAMS	18	4.186	3.971	3.653
Credores vinculados a liquidação de operação		66.431	59.559	12.116
Contas a pagar - FAPES	18	5.326	4.472	3.943
Provisão para programa de desligamento de funcionários	20	7.531	18.725	12.928
Instrumentos financeiros derivativos	21	483.569	894.284	-
Diversas		84.092	59.487	53.667
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		36.120.164	32.220.954	27.937.081
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12	5.693.542	3.537.237	2.134.349
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	11	13.403.679	8.950.808	16.213.817
Repasse com o BNDES	11	10.819.150	6.596.289	14.072.360
Repasse com a Secretaria do Tesouro Nacional	11	2.584.529	2.354.519	2.141.457
OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.022.943	19.732.909	9.588.915
Contas a pagar - FAPES	18	114.030	111.015	108.302
Passivo atuarial - FAMS	18	113.705	103.213	94.313
Provisão para programa de desligamento de funcionários	20	12.226	12.656	17.270
Provisões trabalhistas e cíveis	14	535.027	539.325	483.399
Tributos diferidos	13.2	16.247.955	18.966.700	8.885.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	86.501.946	73.354.509	30.664.856
Capital social		46.304.356	30.704.356	12.775.266
Aumento de capital em curso		5.124.506	5.124.506	-
Reserva de capital		92.993	92.993	92.993
Reservas de lucros		5.776.729	947.372	666.457
Reserva legal		1.084.074	793.454	595.835
Incentivos fiscais		191.649	153.918	70.622
Reserva de compatibilização de práticas contábeis		1.551.864	-	-
Dividendos adicionais propostos		2.949.142	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		29.203.362	34.341.912	16.810.420
Próprios		29.414.578	34.677.427	16.805.736
De coligadas		(211.216)	(335.515)	4.684
Lucros acumulados		-	2.143.370	319.720
TOTAL DO PASSIVO		125.823.422	108.753.216	62.677.677
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS		8.239.148	8.992.533
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		6.835.684	7.761.901
Receita de equivalência patrimonial	10	1.240.776	1.293.566
Resultado com alienações de títulos de renda variável		3.014.903	1.041.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		351.346	(103.821)
Juros sobre o capital próprio		1.593.457	1.119.270
Dividendos		635.202	1.304.862
Deságio / Ganho por compra vantajosa		-	1.922.590
Comissões e taxas		-	1.979
Outras receitas com participações societárias		-	1.181.980
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		1.403.464	1.230.632
Receitas de operações de crédito		157.373	265.555
Títulos e valores mobiliários		819.440	484.291
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		4.280	-
Resultado com fundos de investimentos		(122.084)	454.180
Comissões e prêmios		544.455	26.606
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.654.275)	(3.014.321)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(975.617)	(1.186.387)
Despesa de equivalência patrimonial	10	(801.427)	(811.918)
Constituição de provisão para perdas em investimentos		(174.188)	(372.540)
Despesas com aquisições de participações societárias		(2)	(1.929)
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		(1.678.658)	(1.827.934)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(491.093)	(266.962)
. BNDES	12	(992.542)	(1.321.311)
. BNDES - recursos PIS/PASEP		-	(30.778)
. Secretaria do Tesouro Nacional		(230.010)	(213.062)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	17	34.987	4.179
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(426.421)	1.629.010
Despesas com tributos		(167.046)	(135.142)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(409)	(404)
Despesas com pessoal		(327.670)	(203.264)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		1.685	(60.161)
Recuperação de tributos		253	1.040
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		146.326	2.022.230
Despesas administrativas		(77.863)	(51.592)
Diversas		(1.697)	56.303
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.158.452	7.607.222
Imposto de renda	13	(958.430)	(1.052.023)
Contribuição social	13	(369.581)	(381.011)
Tributos diferidos	13	(161.406)	(398.162)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.669.035	5.776.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		3.669.035	5.776.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício	3.669.035	5.776.026
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - próprias, líquido de efeitos tributários (1)	(4.078.820)	19.055.909
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - reflexo de coligadas, líquido de efeitos tributários	(149)	207
Realização do ajuste ao valor por venda de ações - própria (2)	(1.159.919)	(1.053.594)
Ajuste Acumulado de Conversão - reflexo de coligadas	(36.499)	(9.121)
Outros Resultados Abrangentes - reflexo de coligadas	335.285	(335.285)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.271.067)	23.434.142
(1) R\$ 2.101.210 mil em 2010 e R\$ 9.816.680 em 2009		
(2) R\$ 597.534 mil em 2010 e R\$ 542.761 mil em 2009		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
								Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2010	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	-	-	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509
Aumento de capital (Nota 15)	15.600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.600.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.262.849)	124.299	-	(5.138.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.669.035	3.669.035
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	290.620	-	-	-	-	-	(290.620)	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	1.551.864	-	-	-	(1.551.864)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	37.731	-	-	-	-	(37.731)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.048)	(983.048)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	2.949.142	-	-	(2.949.142)	-
Em 31 de dezembro 2010	46.304.356	5.124.506	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.578	(211.216)	-	86.501.946
Mutações no exercício	15.600.000	-	-	290.620	37.731	1.551.864	2.949.142	(5.262.849)	124.299	(2.143.370)	13.147.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009									
(Em milhares de reais)									
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial PrópriosDe coligadas		Lucros acumulados	Total
Saldo publicado em 1º de janeiro de 2009	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	-	4.684	-	13.539.400
Ajustes na implementação dos CPC (Nota 15)	-	-	-	-	-	16.805.736		319.720	17.125.456
Em 1º de janeiro de 2009	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	16.805.736	4.684	319.720	30.664.856
Aumento de capital (Nota 15)	20.300.000	2.753.596	-	-	-	-		(2.753.596)	20.300.000
Ajustes de avaliação patrimonial						17.871.691	(340.199)	-	17.531.492
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.776.026	5.776.026
Destinação do resultado									
. Reserva legal	-	-	-	197.619	-	-	-	(197.619)	-
. Juros s/ Capital Próprio declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	83.296	-	-	(83.296)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(917.865)	(917.865)
Em 31 de dezembro 2009	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509
Mutações no exercício	20.300.000	2.753.596	-	197.619	83.296	17.871.691	(340.199)	1.823.650	42.689.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR									
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO									
(Em milhares de reais)									
	Exercício								
	2010	2009							
Atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício	3.669.035	5.776.026							
Ajustes que não afetam o caixa	(1.211.146)	(2.337.021)							
Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável	(34.987)	(4.179)							
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	(1.685)	60.161							
Resultado de participações em coligadas e controladas	(439.349)	(481.648)							
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	330.618	(790.463)							
Depreciação	6.358	3.972							
Lucro na venda de investimentos	(1.056.349)	(76.797)							
Ganho na compra vantajosa de investimentos	-	(1.922.590)							
Constituição líquida de tributos diferidos	161.406	398.162							
Constituição de provisão para perdas em investimentos	174.188	372.540							
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(351.346)	103.821							
Variação de ativos e obrigações	(6.290.653)	3.127.804							
. Diminuição líquida em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	367.223	206.194							
. (Aumento) líquido em títulos e valores mobiliários	(4.106.090)	(7.041.058)							
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(747.248)	(1.265.984)							
. Aumento (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(1.764.733)	10.419.236							
. Aumento (redução) líquido nas demais contas do passivo	605.130	902.439							
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	495.108	495.727							
. IR e CSLL pagos	(1.140.043)	(588.750)							
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(3.832.764)	6.566.809							
Atividades de investimentos									
. Venda de investimentos	1.565.129	178.935							
. Compra de investimentos	(33.428)	(5.901.292)							
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	1.531.701	(5.722.357)							
Atividades de financiamentos									
. Dividendos pagos	(917.865)	(780.399)							
. Aumento líquido nas obrigações por emissões de debêntures	2.400.517	1.296.812							
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.482.652	516.413							
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(818.411)	1.360.865							
Modificação na posição financeira									
Início do exercício	1.944.890	584.025							
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.944.890	584.025							
Final do exercício	1.126.479	1.944.890							
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.126.479	1.944.890							
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(818.411)	1.360.865							
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 25)									
. Aumento de capital	15.600.000	20.300.000							
. Aquisição financiada de títulos	22.408.490	-							

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
RECEITAS		
Intermediação financeira	4.951.014	6.173.299
Outras receitas operacionais	1.072.847	3.048.280
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	3.843.180	3.120.840
	34.987	4.179
DESPESAS		
Intermediação financeira	1.743.486	709.952
Outras despesas operacionais	1.713.645	1.832.113
	29.841	(1.122.161)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia e outros	205.268	416.746
Serviços de terceiros	10.443	8.121
Perda de valores ativos	50.430	36.085
	144.395	372.540
VALOR ADICIONADO BRUTO		
	3.002.260	5.046.601
RETENÇÕES		
Depreciação	6.358	3.972
	6.358	3.972
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		
	2.995.902	5.042.629
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	2.668.008	2.905.780
Dividendos e juros sobre capital próprio	439.349	481.648
	2.228.659	2.424.132
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
	5.663.910	7.948.409
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	5.663.910	7.948.409
Impostos, taxas e contribuições	100,0%	100,0%
Aluguéis	287.167	179.748
Dividendos e juros sobre capital próprio	5,0%	2,3%
Lucros retidos	1.697.122	1.989.219
	30,0%	25,0%
	10.586	3.416
	0,2%	0,0%
	983.048	917.865
	17,4%	11,5%
	2.685.987	4.858.161
	47,4%	61,2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional**1.1 Histórico**

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1982, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, através de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

1.2 Objetivos atuais

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de “private equity”; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Padronizadas - Base de preparação e apresentação das informações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, e dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As Informações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Demonstrações financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a BNDESPAR apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis n.º 11.638/2007 e 11.941/2009 complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – até 31 de dezembro de 2008.

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 610, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43, a sociedade elaborou seu balanço de abertura em 01/01/2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as novas normas contábeis.

A comparação das demonstrações financeiras na data da adoção dos CPCs com os valores divulgados originalmente, está evidenciada na Nota 3.2.

As demonstrações financeiras padronizadas da BNDESPAR foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

Reapresentação das Informações Trimestrais de 31 de março, 30 junho e 30 de setembro de 2010

Em virtude da adoção dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, a BNDESPAR esta reapresentando as Informações Trimestrais, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 de março e de 30 de junho de 2010, conforme estabelecido na Instrução CVM n.º 480/2009. A BNDESPAR reapresentará também, as Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2010, devido a inclusão da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros bem como, pela reclassificação entre linhas de resultado e do ajuste a valor de mercado dos títulos de renda variável que estava demonstrado na linha de Títulos e Valores Mobiliários.

3. Adoção dos novos padrões de contabilidade

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pela BNDESPAR em 2010. As demonstrações financeiras estão em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC e cumprem todos os seus requisitos.

3.1 Transição das práticas contábeis

No balanço de adoção dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, foram consideradas, quando aplicável, as isenções opcionais e as exceções obrigatórias, conforme previsto na IFRS 1 e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a qual está apresentada a seguir:

Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo (nessa categoria estão classificados principalmente títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de “hedge” contábil.



(continuação)

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

A BNDESPAR fez a opção pela designação inicial a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

Debêntures com opção de conversão ou permuta em ações

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa.

Para as debêntures com opção de conversão, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados. Vide Nota 7.3.

3.2 Comparação das demonstrações financeiras ajustadas aos CPCs divulgadas

3.2.1) Balanço Patrimonial

		R\$ mil					
ATIVO	Nota 3.2.6	01/01/2009			31/12/2009		
		BR GAAP Anterior	Ajustes	BR GAAP Atual/CPC	BR GAAP Anterior	Ajustes	BR GAAP Atual/CPC
CIRCULANTE		3.052.918	(145.113)	2.907.805	7.522.699	(269.218)	7.253.481
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		583.708	-	583.708	1.944.862	-	1.944.862
Disponibilidades		317	-	317	28	-	28
Fundos do Banco do Brasil		583.708	-	583.708	1.944.862	-	1.944.862
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		1.061.721	23.402	1.085.123	1.764.368	4.307	1.768.675
Cotas de fundos de investimento		1.035.633	-	1.035.633	1.579.884	-	1.579.884
Debêntures mantidas até o vencimento	a	28.488	(28.488)	-	117.725	(117.725)	-
Empréstimos e recebíveis - debêntures	a	-	48.920	48.920	-	-	-
Provisão para risco de crédito - Debêntures	a	(2.970)	2.970	-	(1.720)	1.720	-
Debêntures designadas	a	-	-	-	-	120.312	120.312
Títulos públicos		570	-	570	-	-	-
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição		-	-	-	68.479	-	68.479
OUTROS CRÉDITOS		1.407.172	(168.515)	1.238.657	3.813.441	(273.525)	3.539.916
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		377.460	-	377.460	2.381.179	-	2.381.179
(-) Provisão para risco de crédito		(3.942)	1.549	(2.393)	(21.823)	18.420	(3.403)
Direitos recebíveis		5.456	-	5.456	10.072	-	10.072
(-) Provisão para risco de crédito		(4.066)	2.534	(1.532)	(3.348)	417	(2.931)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		652.134	-	652.134	727.139	-	727.139
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		189.682	-	189.682	414.230	-	414.230
Créditos tributários	b	172.598	(172.598)	-	292.362	(292.362)	-
Diversos		17.850	-	17.850	13.630	-	13.630
OUTROS VALORES E BENS		-	-	-	50.810	-	50.810
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.644.460	26.125.412	59.769.872	44.893.403	56.555.522	101.448.925
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.479.286	43.923.550	52.402.836	11.077.806	76.139.780	87.217.586
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		4.944.950	43.738.452	48.683.402	7.963.141	75.864.091	83.827.232
Debêntures mantidas até o vencimento	a	5.080.685	(5.080.685)	-	5.880.616	(5.880.616)	-
Empréstimos e recebíveis - debêntures	a	-	91.431	91.431	-	420.582	420.582
Provisão para risco de crédito - Debêntures	a	(135.735)	135.735	-	(182.755)	182.679	(76)
Debêntures designadas	a	-	5.248.046	5.248.046	-	8.354.605	8.354.605
Debêntures Disponíveis para venda	a	-	-	-	2.265.280	(2.265.280)	-
Participações Societárias a valor justo	c	-	43.343.925	43.343.925	-	75.052.121	75.052.121
OUTROS CRÉDITOS		3.534.336	185.098	3.719.434	3.114.665	275.689	3.390.354
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		3.170.312	-	3.170.312	965.689	-	965.689
(-) Provisão para risco de crédito - Outros créditos		(33.107)	22.281	(10.826)	(8.851)	(2.415)	(11.266)
Direitos recebíveis		15.334	-	15.334	9.495	-	9.495
(-) Provisão para risco de crédito		(11.428)	6.583	(4.845)	(3.157)	1.273	(1.884)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		-	-	-	1.405.138	-	1.405.138
Créditos tributários	b	267.324	156.234	423.558	543.361	276.831	820.192
Incentivos fiscais		125.901	-	125.901	202.990	-	202.990
INVESTIMENTOS		25.165.174	(17.798.138)	7.367.036	33.815.597	(19.584.258)	14.231.339
Participações em coligadas	c	7.637.318	(270.282)	7.367.036	11.999.177	2.232.162	14.231.339
Outras participações	c	17.527.856	(17.527.856)	-	21.816.420	(21.816.420)	-
TOTAL DO ATIVO		36.697.378	25.980.299	62.677.677	52.466.912	56.286.304	108.753.216



(continuação)								R\$ mil
PASSIVO	Nota 3.2.1	01/01/2009			31/12/2009			
		BR GAAP Anterior	Ajustes	BR GAAP Atual	BR GAAP Anterior	Ajustes	BR GAAP Atual	
PASSIVO CIRCULANTE		4.075.740	-	4.075.739	2.296.460	881.293	3.177.753	
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		168.088	-	168.088	62.012	-	62.012	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		2.899.149	-	2.899.149	281.394	-	281.394	
Repasse com o BNDES		2.899.149	-	2.899.149	281.394	-	281.394	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.008.503	-	1.008.502	1.953.054	881.293	2.834.347	
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar		780.399	-	780.399	917.865	-	917.865	
Impostos e contribuições sobre o lucro		78.033	-	78.033	840.591	-	840.591	
Outros impostos e contribuições		58.747	-	58.747	29.973	-	29.973	
Provisão para programa de desligamento de funcionários		12.928	-	12.928	18.725	-	18.725	
Credores vinculados liquidação operação		12.116	-	12.116	59.559	-	59.559	
Tributos diferidos	b	-	-	-	12.354	(12.354)	-	
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis		5.017	-	5.017	5.420	-	5.420	
Contas a pagar - FAPES		3.943	-	3.943	4.472	-	4.472	
Passivo atuarial - FAMS		3.653	-	3.653	4.605	(634)	3.971	
Instrumentos Financeiros derivativos	d	-	-	-	-	894.284	894.284	
Diversas		53.667	-	53.666	59.490	(3)	59.487	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.082.238	8.854.844	27.937.082	13.285.789	18.935.165	32.220.954	
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		2.134.349	-	2.134.349	3.537.237	-	3.537.237	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		16.213.817	-	16.213.817	8.950.808	-	8.950.808	
Repasse com o BNDES		14.072.360	-	14.072.360	6.596.289	-	6.596.289	
Repasse com a Sec. Tesouro Nacional		2.141.457	-	2.141.457	2.354.519	-	2.354.519	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		734.072	8.854.844	9.588.916	797.744	18.935.165	19.732.909	
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis		483.399	-	483.399	539.325	-	539.325	
Passivo atuarial - FAMS		117.047	(22.734)	94.313	126.694	(23.481)	103.213	
Contas a pagar - FAPES		108.302	-	108.302	111.015	-	111.015	
Provisão para programa de desligamento de funcionários		17.270	-	17.270	12.656	-	12.656	
Tributos diferidos	b	8.054	8.877.577	8.885.631	8.054	18.958.646	18.966.700	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.539.400	17.125.456	30.664.856	36.884.663	36.469.846	73.354.509	
Capital social		12.775.266	-	12.775.266	35.828.862	-	35.828.862	
Reservas de capital		92.993	-	92.993	92.993	-	92.993	
Reservas de lucros		666.457	-	666.457	947.372	-	947.372	
Reserva legal		595.835	-	595.835	793.454	-	793.454	
Reserva de incentivos fiscais		70.622	-	70.622	153.918	-	153.918	
Ajuste de avaliação patrimonial	c	4.684	16.805.736	16.810.420	15.436	34.326.476	34.341.912	
Lucros acumulados	f	-	319.720	319.720	-	319.720	319.720	
Resultado do exercício		-	-	-	-	1.823.650	1.823.650	
TOTAL DO PASSIVO		36.697.378	25.980.299	62.677.677	52.466.912	56.286.304	108.753.216	

3.2.2) Demonstração dos resultados

					R\$ mil
RECEITAS BRUTAS DE VENDA E/OU SERVIÇOS	Nota 3.2.6	31/12/2009		BR GAAP Atual/CPC	
		BR GAAP Anterior	Ajustes		
Dividendos		3.587.092	2.257.265	5.844.357	
Juros sobre capital próprio		1.307.042	(2.180)	1.304.862	
Resultado com alienações de títulos de renda variável		1.119.270	-	1.119.270	
Comissões e taxas		1.158.801	336.854	1.495.655	
Deságio/Ganho por compra vantajosa	g	1.979	-	1.979	
		-	1.922.591	1.922.591	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS		3.587.092	2.257.265	5.844.357	
RESULTADO BRUTO		3.587.092	2.257.265	5.844.357	
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		1.419.778	360.347	1.780.125	
GERAIS ADMINISTRATIVAS		1.644.886	1.383	1.646.269	
Provisão para contingências trabalhistas		(60.161)	-	(60.161)	
Remuneração da diretoria e conselheiros		(404)	-	(404)	
Despesas com Pessoal		(187.387)	1.383	(186.004)	
Despesas com tributos		(134.102)	-	(134.102)	
Atualização monetária de ativos - SELIC		2.022.230	-	2.022.230	
Despesas Administrativas		(51.592)	-	(51.592)	
Diversas		56.302	-	56.302	
FINANCEIRAS		(627.745)	1.393.911	766.166	
Receitas financeiras		1.230.631	1.363.469	2.594.100	
Receitas de operações de crédito		265.555	-	265.555	
Títulos e valores mobiliários	h	484.290	1.817.649	2.301.939	
Resultado com fundo mútuo de investimentos		454.180	(454.180)	-	
Comissões e prêmios		26.606	-	26.606	
Despesas financeiras		(1.858.376)	30.442	(1.827.934)	
Encargos financeiros ref. a emissão de debêntures		(266.962)	-	(266.962)	
Encargos financeiros ref. a obrigações perante o BNDES		(1.321.311)	-	(1.321.311)	
Encargos financeiros ref. a obrig. perante o BNDES - recursos PIS/PASEP		(30.778)	-	(30.778)	
Encargos financeiros ref. a obrigações com a Sec. Tes. Nacional		(213.062)	-	(213.062)	
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito		(26.263)	30.442	4.179	
OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		(375.478)	(738.480)	(1.113.958)	
Despesas com aquisição de participações societárias		(1.929)	154.795	152.866	
Provisão para perdas		(373.549)	1.009	(372.540)	
Resultado com prêmio no mercado de opções	i	-	(894.284)	(894.284)	
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		778.115	(296.467)	481.648	
Receita de equivalência patrimonial		1.293.566	-	1.293.566	
Despesa de equivalência patrimonial		(515.451)	(296.467)	(811.918)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		5.006.870	2.617.612	7.624.482	
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.433.034)	-	(1.433.034)	
Provisão para Imposto de renda		(1.052.023)	-	(1.052.023)	
Provisão para Contribuição Social		(381.011)	-	(381.011)	
IR/CS DIFERIDOS	j	395.800	(793.962)	(398.162)	
Participações/ Contribuições estatutárias		(17.260)	-	(17.260)	
Participação dos empregados no lucro		(17.260)	-	(17.260)	
LUCRO DO PERÍODO		3.952.376	1.823.650	5.776.026	



(continuação)

3.2.3) Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

		R\$ mil		
		31/12/2009		
	Nota	BR GAAP	Ajustes	BR GAAP
	3.2.6	Anterior		Atual/CPC
Fluxo de caixa das atividades operacionais	k	10.376.369	(580.497)	9.795.872
Fluxo de caixa das atividades investimento	k	(8.235.105)	580.497	(7.654.608)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(780.399)	-	(780.399)

3.2.4) Reconciliação do lucro

		R\$ mil		
		Resultado Líquido do Período		
Em 31 de dezembro de 2009		3.952.376		
Resultado acumulado de dezembro de 2009 anterior à adoção das novas práticas		30.442		
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		2.689.607		
Participações Societárias		790.463		
Debêntures		(894.284)		
Derivativos		(793.962)		
Impostos diferidos		1.384		
Benefícios a empregados		1.823.650		
Ajustes das novas práticas em 31 de dezembro de 2009		5.776.026		
Saldo em 31 de dezembro de 2009 com as novas práticas				

3.2.5) Reconciliação do ativo, passivo e patrimônio líquido dos exercícios findos em 01/01/2009 e 31/12/2009

		R\$ mil		
		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Balanço de abertura das novas práticas em 01 de janeiro de 2009				
Saldo anterior à adoção das novas práticas		36.697.378	23.157.978	13.539.400
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		171.652	-	171.652
Participações Societárias		25.545.787	-	25.545.787
Debêntures		279.224	-	279.224
Impostos diferidos		(16.364)	8.877.576	(8.893.940)
Benefícios a empregados		-	(22.733)	22.733
Ajustes das novas práticas em 01 de janeiro de 2009		25.980.299	8.854.843	17.125.456
Saldo em 01 de janeiro de 2009 com as novas práticas		62.677.677	32.012.821	30.664.856
Em 31 de dezembro de 2009				
Saldo anterior à adoção das novas práticas		52.466.912	15.582.249	36.884.663
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		202.094	-	202.094
Participações Societárias		55.030.053	-	55.030.053
Debêntures		1.069.688	-	1.069.688
Derivativos		-	894.284	(894.284)
Impostos diferidos		(15.531)	18.946.289	(18.961.820)
Benefícios a empregados		-	(24.115)	24.115
Ajustes das novas práticas em 31 de dezembro de 2009		56.286.304	19.816.461	36.469.843
Saldo em 31 de dezembro de 2009 com as novas práticas		108.753.216	35.398.707	73.354.509

3.2.6) Comentário aos ajustes das demonstrações financeiras a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Item	Descrição
a	As debêntures mantidas até o vencimento e disponíveis para venda foram reclassificadas da seguinte forma: 1) designadas ao valor justo por meio do resultado – àqueles que possuem derivativos embutidos; e 2) empréstimos e recebíveis – às debêntures simples.
b	Os tributos diferidos referente a diferenças temporárias de instrumentos financeiros, ganho por aquisição vantajosa de coligadas e baixa de deságios, classificados no longo prazo.
c	Participações societárias sem influência significativa foram reclassificadas da categoria de Investimentos para o subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários do Ativo não Circulante.
d / i	Reconhecimento do resultado negativo com prêmio no mercado de opções.
e	Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários, que foram classificados como títulos disponíveis para venda no Ativo não Circulante.
f	Efeito no resultado da adoção dos CPCs, referendados pela CVM, no exercício de 2009.
g	Realização de ágios e deságios de coligadas, no subgrupo de Investimentos, e de ações e bônus de subscrição, ambos do Ativo não Circulante.
h	Valor de mercado das debêntures designadas ao valor justo por meio do resultado e realizações de ajustes de avaliação patrimonial.
j	Realização de tributos diferidos referentes a instrumentos financeiros, ganho por aquisição vantajosa de coligadas e baixa de deságios.
k	Transferência de Ações das atividades de investimento para títulos e valores mobiliários das atividades operacionais.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data de transição sendo que os valores reconhecidos em excesso, calculados de acordo com práticas anteriores foram reclassificados para a conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

3.4 Benefícios a empregados

Em atendimento a Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33, a BNDESPAR reconheceu os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis nas informações financeiras zerando o saldo na data de transição. A administração decidiu reconhecer no resultado os ganhos e perdas decorrentes da adoção do método do corredor a partir da data de transição.

4. Sumário das principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da BNDESPAR foram preparadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – aprovados até 31 de dezembro de 2010. A BNDESPAR apresentou antecipadamente as ITR de 30 de setembro de 2010 de acordo com os CPC’s.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o CPC, relativas ao balanço patrimonial, patrimônio líquido, resultado e mutações do patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota 3.2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado, que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 7.3 e 10.3.

4.2 Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida. A presunção de influência é afastada quando a BNDESPAR não participa nas decisões da investida, mesmo que tenha 20% ou mais do capital votante.

A administração entende que certas participações acionárias detidas pelo BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da BNDESPAR nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que, na essência constituam parte do investimento na coligada, a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas foram ajustadas, quando necessária, para assegurar consistência entre as práticas contábeis adotadas por esta e as adotadas pelo BNDESPAR.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento de percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio apurado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos por pagar) e a participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A compra vantajosa (deságio) apurada na aquisição de coligada é reconhecida no resultado na data da aquisição.

O sumário das informações financeiras de coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na nota explicativa n.º 10.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir os fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar os pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

4.3 Segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Administração.

(continuação)

4.4 Conversão de saldos em moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e de apresentação**

As informações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

(b) Transações e Saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

4.5 Ativos financeiros**4.5.1) Classificação**

A BNDESPAR classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia esta classificação por ocasião dos balanços semestrais ou anuais.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo (Nessa categoria estão classificados principalmente títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de “hedge” contábil.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

A BNDESPAR fez a opção pela designação a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

Debêntures com opção de conversão em ações

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa. Para determinadas debêntures com opção de conversão ou permuta, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação na data de transição e no reconhecimento inicial, quando aplicável, como ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seja imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da BNDESPAR compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples.

Na BNDESPAR, as operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples representam apoio financeiro e são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, títulos públicos, cotas de fundos de investimento e ações de companhias abertas.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta “Ajuste de avaliação patrimonial” líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução ao valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente reconhecidos na conta “Ajuste de avaliação patrimonial” são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

4.5.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do Instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado a qual é reconhecida como a data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de origem reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origem.

4.5.3) Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias de disponíveis para venda e de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e de mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de origem e outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda no seu valor recuperado.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.



(continuação)

4.5.4) Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

4.5.5) Reclassificações de ativos financeiros:**(a) De Disponíveis para venda para Mantidos até o vencimento**

Não há condicionante desde que atenda os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(b) De Mantidos até o vencimento para Disponíveis para venda

Em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação.

Caso ocorra uma reclassificação, exceto nos casos acima mencionados, todos os instrumentos classificados na categoria de mantidos até o vencimento serão reclassificados para a categoria de disponíveis para venda. Além disso, novos instrumentos não serão classificados nesta categoria durante o exercício da referida reclassificação e nos dois exercícios subsequentes.

(c) De Mantidos para negociação para Mantidos até o vencimento

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(d) De Mantidos para Negociação para Disponíveis para Venda

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação.

(e) De Mantidos para negociação para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

(f) De Disponíveis para venda para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que foram designados inicialmente para esta categoria e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

A BNDESPAR não reclassifica instrumentos financeiros de outras categorias para a categoria de mantidos para negociação, nem para designados ao valor justo através do resultado, assim como não reclassifica instrumentos financeiros designados inicialmente a valor justo através do resultado para outra categoria.

Não houve reclassificações de ativos financeiros no período.

4.5.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado**

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está reduzido ao valor recuperável e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de redução ao valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução ao valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos.

A BNDESPAR avalia primeiro se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de

risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais haja uma perda por redução ao valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução ao valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta redutora. O montante de reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda estejam reduzidos ao valor recuperável. Com relação aos títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado. No caso de títulos patrimoniais categorizados como disponível para venda, além dos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para um investimento em um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas subsequentemente por meio do resultado, enquanto que, no caso de um título de dívida, se seu valor justo aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, esta perda é revertida por meio do resultado.

4.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.6.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao custo amortizado.

Na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos basicamente instrumentos financeiros derivativos.

Na categoria de mensurados ao custo amortizado são incluídos obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

4.6.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria mensurados ao custo amortizado são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

4.6.3) Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

4.6.4) Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

(continuação)

4.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.8 Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando adequar sua composição de ativos e passivos financeiros, gerenciar o perfil de produtos e atender quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando a eficiência na gestão financeira. A BNDESPAR não utiliza derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados com ativos e passivos correntes.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários. Tais derivativos, quando aplicável, são segregados dos contratos principais e são também classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

4.9 Classes de instrumentos financeiros

A BNDESPAR classifica seus instrumentos financeiros em classes de acordo com a natureza e características desses instrumentos. Vide abaixo as classes definidas:

A) Ativos Financeiros

A-1) Mensurados ao valor justo através do resultado:

A-1.1) Mantidos para Negociação:	Cotas de fundos de investimentos; Títulos Públicos; Instrumentos financeiros derivativos;
----------------------------------	---

A-1.2) Designado ao valor justo através do resultado:	Debêntures
---	------------

A-2) Empréstimos e recebíveis:	Disponibilidades; Venda a prazo de TVM; Direitos recebíveis; Dividendos e JCP a receber; e Debêntures;
--------------------------------	--

A-3) Mantidos até o vencimento:	Títulos Públicos
---------------------------------	------------------

A-4) Disponíveis para venda:	Ações e Bônus de Subscrição; Cotas de fundos de investimentos; e Títulos Públicos.
------------------------------	--

B) Passivos Financeiros

B-1) Mensurados ao valor justo através do resultado: instrumentos financeiros derivativos

B-2) Mensurados ao Custo amortizado:

B-2.1) Captações:	Debêntures; Repasse BNDES e TN
-------------------	-----------------------------------

B-2.2) Outros Passivos financeiros.

4.10 Reconhecimento de Receita**(a) Receitas e despesas de juros**

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução ao valor recuperável. Os ativos são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).O ágio apurado na aquisição de coligada é testado por redução ao valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório.

4.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando atende aos três critérios elencados a seguir:

I - a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou presumida) como consequência de um evento passado;

II - for provável que um fluxo de saída de recursos seja exigido para liquidar a obrigação;

III- puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se alguma dessas condições não for atendida, a obrigação não é contabilizada, somente divulgada (nota 14).

A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A provisão reflete o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar tal obrigação quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante (mais de um ano).O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

As contingências passivas são reavaliadas trimestralmente para determinar se a avaliação anterior continua válida.

4.14 Benefícios a empregados**(a) Plano de aposentadoria complementar**

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.



(continuação)

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

(b) Plano de assistência médica

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(c) Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

(d) Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado) com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferido passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes de reavaliação de certos ativos e passivos financeiros incluindo contratos de derivativos, provisões para planos de pensão e outras e benefícios pós-emprego; e em relação a aquisições a diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Se resultarem ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

4.16 Capital social

Dividendos de ações ordinárias

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são

aprovados pelo Conselho de Administração.

5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Não houve transferência entre níveis.

A seguir encontra-se apresentada a mensuração ao valor justo no final dos exercícios:

R\$ mil				
31/12/2010				
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	1.126.473	-	1.126.473
Debêntures designadas	-	10.448.439	1.595.897	12.044.336
Ações	77.793.235	11.116.726	337.807	89.247.768
Cotas de fundos de investimento	-	2.022.829	-	2.022.829
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	41.346	-	41.346
Opções de venda	-	229.902	-	229.902
Total	77.793.235	24.985.715	1.933.704	104.712.654
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	483.569	-	483.569
Total	-	483.569	-	483.569

R\$ mil				
31/12/2009				
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	1.944.862	-	1.944.862
Debêntures designadas	-	6.628.028	1.846.889	8.474.917
Ações	65.207.291	9.728.026	141.630	75.076.947
Cotas de fundos de investimento	-	1.579.884	-	1.579.884
Total	65.207.291	19.880.800	1.988.519	87.076.610
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	894.284	-	894.284
Total	-	894.284	-	894.284

R\$ mil				
01/01/2009				
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	583.708	-	583.708
Debêntures designadas	-	3.666.338	1.630.628	5.296.966
Ações	36.989.564	6.061.277	250.456	43.301.297
Cotas de fundos de investimento	-	1.035.633	-	1.035.633
Total	36.989.564	11.346.956	1.881.084	50.217.604

O total dos Ativos Financeiros não considera o valor das ações mensuradas ao custo de aquisição. Os saldos dessas ações representam em 31/12/2010 R\$ 1.348 mil; em 31/12/2009 R\$ 43.653 mil; e em 01/01/2009 R\$ 42.628 mil.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviços de precificação, ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos no Nível 1 compreendem, principalmente, ações de companhias abertas.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(continuação)

- o valor justo das debêntures que possuem opção de conversão/permuta em ações é calculado pela projeção do fluxo do crédito de acordo com as taxas contratadas, descontando-se o fluxo projetado a valor presente, descontada por uma taxa de desconto composta por: spread correspondente à taxa livre de risco + spread de risco de mercado.;

- o valor justo de opções do tipo européia cujos ativos objetos são negociados em bolsa de valores é calculado com base nos modelos:

(i) *Black-Scholes-Merton* sendo as principais premissas listadas abaixo:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência;
- Preço alvo/*strike price*: projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;

g. Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

(ii) Simulação de Monte Carlo;

- o valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores e calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto - determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado – e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência.
- o valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de *portfolio*.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Disponibilidades	6	28	317
Títulos e valores mobiliários			
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	1.126.473	1.944.862	583.708
	1.126.479	1.944.890	584.025

*Nota 7.4

7. Títulos e valores mobiliários

7.1 Composição por categoria, natureza e por emissor

Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado

a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo

Públicos:

Debêntures

Privados:

Debêntures

b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação

Públicos:

Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Públicos:

Ações (*)

Privados:

Ações (*)

Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Públicos:

Títulos da dívida agrária – TDA

Empréstimos e recebíveis

Públicos:

Debêntures

Privados:

Debêntures

Instrumentos financeiros derivativos

Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – Setor privado

Total

Circulante

Não Circulante

Total

(*) A composição dessas ações estão descritas na Nota 10.3

Resumo por emissor

Públicos

Privados

Total

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	145.725	150.892	122.793
	11.898.611	8.324.025	5.174.173
	1.126.473	1.944.862	583.708
	13.170.809	10.419.779	5.880.674
	48.230.144	33.888.683	21.878.813
	41.018.972	41.231.917	21.465.112
	89.249.116	75.120.600	43.343.925
	2.022.829	1.579.884	1.035.633
	91.271.945	76.700.484	44.379.558
	-	-	570
	-	-	570
	517.530	-	-
	540.913	420.582	91.431
	1.058.443	420.582	91.431
	271.248	-	-
	(342)	(76)	-
	105.772.103	87.540.769	50.352.233
	3.502.274	3.713.537	1.668.831
	102.269.829	83.827.232	48.683.402
	105.772.103	87.540.769	50.352.233

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	50.019.872	36.405.019	798.502
	55.752.231	51.135.750	49.553.731
	105.772.103	87.540.769	50.352.233